



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

SANDRO TEIXEIRA MOITA

**A CONSTRUÇÃO DA REALEZA:
GUERRA E ASCENSÃO DA NOBREZA
GUERREIRA NA SOCIEDADE GÓTICA
(395-418)**

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SANDRO TEIXEIRA MOITA

A Construção da Realeza: Guerra e a Ascensão da Nobreza Guerreira na Sociedade Gótica
(395-418).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo André Leira Parente

Linha de Pesquisa: Instituições, Poder e Ciências

Rio de Janeiro

2013

SANDRO TEIXEIRA MOITA

*A CONSTRUÇÃO DA REALEZA: GUERRA E A ASCENSÃO DA NOBREZA
GUERREIRA NA SOCIEDADE GÓTICA (395-418).*

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente – PPGH/UNIRIO

(Orientador)

Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Junior – PPGHC/UFRJ

Prof^ª. Dr^a. Juliana Bastos Marques – PPGH/UNIRIO

M715 MOITA, Sandro Teixeira.
A Construção da realeza: guerra e ascensão da nobreza guerreira na sociedade gótica (395-418) / Sandro Teixeira Moita. – 2013.
112 f. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Paulo André Leira Parente

Dissertação (Mestrado) – UNIRIO/Programa de Pós Graduação em História – PPGH — Universidade do Rio de Janeiro, RJ, 2013.

Bibliografia: f. 107-111

1. Godos 2. Império 3. Realeza 4. Guerra 5. Política I. Parente, Paulo André Leira. III. Título.

CDU 342.36+327.2 “395-418”

**“One-Eyed Ainaugis Ansila the Skald
Foresees the Fate of the Goths**

Now spirits grim disturb us still
And bid us travel on;
To warmer winds, and southern hills,
By axe, and sword, and hammer’s kill,
Our Gutisk flood-folk flying still
Wings spreading to the Don.

Uncounted men shall come to grief
Cut down by blade, by wrath,
As hallowed oak does shed its leaf
Our best shall fall. Sad harvest sheaf,
Remember them. They’ll lie beneath
Our doom-cast southern path.

Not men, but mould-green winds will burst
Our southern palisades
Not men, but border rains spore-cursed,
Bile-bringing rains that slake no thirst
Shall slay each Goth a mother nursed
In rotting, sulphurous glades.”

Arthur Jones

Agradecimentos

Apesar de se dizer que a parte de escrever os agradecimentos são os mais fáceis, em verdade não o são, pois tememos não cumprimentar a todos quem consideramos importantes para que esta pesquisa fosse bem sucedida.

O mestrado foi um dos períodos mais difíceis da minha vida, mas com a força e apoio dessas pessoas, pude caminhar pelas tormentas sem parar e seguir adiante.

Para minha mãe Sandra, que também atravessou um período difícil, o sincero agradecimento pelo apoio e carinho em todas as horas.

Ao meu orientador, Professor Paulo André, pela coragem de aceitar um tema de pesquisa complexo e inédito, guiando a pesquisa com firmeza e dedicação ímpar.

Aos professores da banca, Álvaro Bragança e Juliana Marques, pela clareza, sensibilidade e orientações nas observações sobre a pesquisa. À professora Miriam Coser o agradecimento pela presteza nas sugestões e gentileza no trato.

À coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, Professora Márcia Chuva, pela compreensão e sensibilidade que teve ao cuidar da minha situação. E também para a Milene, secretária do programa, pela gentileza e presteza, sempre com um sorriso.

Aos colegas do trabalho no Curso de Preparação e Seleção na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, soldados que muito me ensinaram sobre o dever e a disciplina, pelo incentivo, apoio e compreensão de entender o mundo acadêmico, a seus olhos, completamente diferente da esfera militar.

Aos amigos do Grupo de Estudos em História Militar do CEIA/UFF, Manuel Rolph, querido amigo e antigo orientador, José Luiz, Hiram, Lucas, Renan, Douglas, Luis Guilherme, pelas conversas, pelo interesse em História Militar e pelo apoio.

A Cesar Campiani Maximiano, amigo, pelo suporte e os debates que ajudaram a melhorar a pesquisa.

A Johnni Langer, Luciana de Campos e seus filhos, pelo carinho, pelo suporte à pesquisa.

A Renan Birro, Pablo Miranda, Isabela Albuquerque, Renato Silva, pelo apoio, pelos debates, pelas inquietações e por trocar experiências sempre.

Se me esqueci alguém, peço desculpas, e tenha certeza que também tem minha gratidão.

E por último, mas muito importante, a minha amada Larissa, doutoranda em Biomedicina, sempre compreensiva em relação às demandas exigidas pela pós-graduação e sempre a me ajudar a trilhar os tortuosos caminhos passados nestes dois anos com sua luz e doçura. Que sempre possa brilhar a sua estrela nos caminhos que você seguir.

RESUMO

MOITA, Sandro Teixeira. A Construção da Realeza: Guerra e Ascensão da Nobreza Guerreira na Sociedade Gótica (395-418). 2013. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O presente trabalho tem como finalidade analisar o processo de formação da realeza gótica durante os anos 382-418, na época da Grande Migração dos Visigodos. O surgimento de figuras como Alarico I, Ataulfo, Sigerico e Valia representa a validação de tal processo em que uma rede de relacionamentos entre os líderes góticos e generais romanos foi crucial para a ascensão da monarquia gótica, incluindo chefes guerreiros e os príncipes tribais em serviço militar ao Império Romano, alcançando altos comandos e postos no Exército Romano. Levando em conta considerações teóricas das áreas da História Militar e Antropologia, a pesquisa analisa as transformações que foram responsáveis por mudanças importantes sobre a figura do rei, que ocorreu durante o período em questão. Neste momento, a figura do rei mudou de natureza puramente militar para uma política, atingindo a posição mais proeminente no topo da sociedade gótica. Como resultado deste processo, o rei adquiriu a autoridade para liderar os visigodos em sua busca por um lugar, uma nova "Gothia" como a de anos antes da Segunda Guerra Gótica (376-382). Essa busca chegou a um final bem sucedido, com a fundação do Reino Visigodo de Toulouse, graças às vantagens do assentamento imperial de 418 em Gália.

Palavras-chave: Godos, Império Romano, Realeza, Guerra, Política

ABSTRACT

MOITA, Sandro Teixeira. *Building the Kingship: War and the Rise of Warrior Nobility in the Gothic Society (395-418)*. 2013. Master Thesis. History Faculty of the Federal University of the State of Rio de Janeiro.

The present work intends to analyze the formation process of the Gothic kingship during the years 382-418, at the time of the Great Migration of the Visigoths. The emergence of figures like Alaric I, Athawulf, Sigeric and Walia represents the validation of such a process in which a network of relationships between Gothic leaders and Roman generals was crucial to the rise of Gothic kingship, including Goth chieftains and princes at military service of the Roman Empire, which achieved high commands and ranks in the Roman Army. Drawing from theoretical considerations from the fields of Military History and Anthropology, the research analyses the transformations which were responsible for important changes concerning the figure of the king which occurred during the period in question. At this moment, the figure of the king changed from a purely military nature to a political one, reaching the most prominent position at the top of the Gothic society. As a result of this process, the king acquired the authority to lead the Visigoths in their search for a place, a new "Gothia" like the one of years before the Second Gothic War (376-382). This quest came to a successful ending with the foundation of the Visigothic kingdom of Toulouse, thanks to the advantages of the imperial settlement of 418 in Gaul.

Keywords: Goths, Roman Empire, Kingship, War, Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A Estrada que leva à Realeza.....	11
PRIMEIRO CAPÍTULO: Considerações Teórico-Metodológicas e Fontes.....	16
1.1 – Considerações sobre as Fontes: Amiano Marcelino, Paulo Orósio e Jordanes.....	18
1.2 – Jordanes: o polêmico cronista dos Godos.....	26
1.3 – Poder e Estado entre os Godos/Visigodos: Realeza sem Estado?.....	31
1.4 – Godos, Visigodos e a Realeza Guerreira.....	40
SEGUNDO CAPÍTULO: O Caminho da Dignidade Régia (376-400).....	48
2.1 – A Queda de Atanarico e o Fim do Ofício de <i>Iudex</i>	49
2.2 – A Segunda Guerra Gótica (376-382) e o Vácuo de Poder entre os Godos (382-391).....	54
2.3 – O Fim das Antigas Lideranças e o Caminho para um “Novo Poder” (391-395)...	60
2.4 – Alarico, o Rei Indesejado (395-400).....	65
TERCEIRO CAPÍTULO: A Dignidade Real Desejada (400-418).....	78
3.1 – “O Rei está Morto, Viva o Rei”: Ataulfo (410-415).....	88
3.2 – Os Reis Regicidas: Sigerico e Valia (415-418).....	95
CONCLUSÃO: De Príncipes e Generais a Reis.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXO I – MAPA DA GRANDE MIGRAÇÃO DOS GODOS	112

Introdução

A Estrada que leva à Realeza

Em 418, um povo findou sua jornada em busca de uma terra, chegando à Gália. Seu Rei, Valia, um guerreiro habilidoso e experimentado em combate, havia lhes guiado por três anos. Combatendo sob ordens de Roma, ele liderou os Godos em campanhas bem sucedidas contra Alanos e Vândalos, restabelecendo o controle imperial boa parte da Hispânia.

A cúpula imperial decidiu assentar os Godos na Gália, na região da Aquitânia. Ali estava o futuro daquele povo, após quarenta e dois anos de uma jornada, um período é tratado pela pesquisa como a Grande Migração dos Godos, que durou de 376 a 418, na qual o povo passou por guerras, fome e miséria, porém, também viu nascer uma nova forma de governo, a monarquia advinda do surgimento da realeza.

Os Godos, em especial os da tribo dos Tervingi, que cruzaram o *limes* imperial do Danúbio em 376, possuíam não só uma organização política diferente da romana como também entre os povos germânicos era dotada de importantes particularidades sob o impacto dos contatos com o mundo romano, mesmo antes de por ele serem acolhidos.

Tal organização política não envolvia a figura de um governador dos Godos, mas príncipes tribais, que lideram subdivisões dos Tervingi e se estabeleceram como uma oligarquia. A autoridade máxima política era a figura do “juiz”, que seria um líder da tribo, eleito por um determinado período de tempo, e cujas responsabilidades incluíam a mediação entre as subdivisões tribais e seus príncipes, bem como manter a coesão da comunidade e a defesa da terra e da tribo em caso de guerra. Apesar de possuir tal responsabilidade militar, esse “juiz” não podia sair do território godo em nenhuma circunstância, o que mostra as limitações e a natureza do cargo.

Os contatos com a civilização romana e seu Império produziram sensíveis mudanças nos Godos. Após o fim da Segunda Guerra Gótica em 382 e o assentamento dos Tervingi em território romano com as obrigações devidas pelo tratado de paz, a organização política dos agora compreendidos e denominados como Godos acabou por entrar em um processo de mudança, onde uma instituição de natureza militar, o “Rei” acabaria por ganhar força e dominar a cena política da sociedade gótica. Tal processo teria sido influenciado por uma mistura entre uma cultura política germânica e as instituições políticas romanas, em especial a figura do imperador, que inspirou o processo de ascensão do poder régio ao completo controle da cena política da sociedade gótica.

Tal processo, ao contrário do que se pode imaginar, segundo as últimas pesquisas, não teria se dado de maneira rápida. Estender-se-ia de fins do século IV, cerca de 376 (quando, como já vimos, cruzaram o limes), até as primeiras décadas do século V, cujo marco poderia ser o ano de 418, quando surge o Reino Visigodo de Toulouse com o assentamento dos Godos na região, garantindo a monarquia uma base física de poder, demonstrando o grau de consolidação que tinha atingindo.

O período em questão é essencial no sentido de se compreender a invenção de uma nobreza, a consolidação da monarquia e o estabelecimento territorial dos Godos. Essa transformação nas formas de organização política dos Godos como resultado de um complexo jogo de desafios e respostas às condições enfrentadas por este povo na sua grande migração da Trácia e Mésia para a Aquitânia na Gália e regiões de Espanha.

Nesse processo, no qual estabeleceram um reino dentro do Império Romano, depois de passarem pelos Bálcãs e Itália, onde produziram um dos maiores choques da história romana com o Saque de Roma em 410.

O ingresso no mundo romano não furtou os Godos da conturbada cena política imperial, e em diversos momentos eles foram personagens decisivos, de maneira muitas vezes involuntária, dessa cena política. Tomaram parte em momentos importantes como as diversas lutas pela púrpura, comuns ao período. Imperadores e usurpadores tiveram Godos combatendo ao seu lado.

Cabe salientar que o presente trabalho não pretende fazer um juízo de valor sobre as usurpações ou os usurpadores imperiais. Tais expressões são utilizadas no sentido de retratar políticos, generais e burocratas imperiais que buscaram o poder se insurgindo contra os Imperadores romanos, visando derrubá-los.

O primeiro capítulo da dissertação visa discorrer sobre a questão teórico-metodológica da pesquisa e as especificidades do caso gótico. Há um debate sobre a natureza das fontes utilizadas no trabalho: Amiano Marcelino (c. 325 – 391?), Paulo Orósio (375-418) e Jordanes (séc. VI) e como suas próprias concepções influenciaram como os Godos surgem nas suas obras, já que estes não legaram registros próprios. Assim, como boa parte das fontes foi produzida sob o Império Romano, é nelas que se verifica a ideologia imperial, e os preconceitos e a desinformação a respeito dos Godos, vista a maneira romana de percepção do mundo.

O papel da realeza sem Estado ou soberania, surgida a partir da sua prerrogativa original de uso da força, é também tratado neste capítulo, junto a considerações levantadas pela Antropologia sobre a realeza e sua relação com a violência. Violência não somente pelo fato do Rei ser um líder, um chefe guerreiro, mas também por valer-se dela para obter o poder, cometendo assassinatos, violando leis e tradições, tomando uma postura que inclusive pode ameaçá-lo, ao conseguir o poder por meio do regicídio.

O segundo capítulo trata do processo de surgimento da realeza, num período considerado como decisivo pela pesquisa para tal, entre 376 e 400. A entrada dos Godos

no território imperial durante a Segunda Guerra Gótica e a transformação das instituições políticas com a dissolução das velhas ordens da sociedade provocadas pela migração e guerra. Em tal reordenamento, existiu uma luta que buscamos analisar e apresentar aqueles que teriam buscado obter a primazia do poder régio gótico – o papel de diversos príncipes tribais e como eles se valeram das estruturas romanas para conseguir abrir caminho para a dignidade régia.

O final do capítulo encontra a figura essencial ao processo: Alarico e sua elevação à Rei, fazendo considerações a respeito do debate existente na historiografia dos Godos sobre a questão da construção da realeza, com teses que explicam o movimento com bases ligadas à tradição nas sociedades germânicas e a estruturação do poder na sociedade romana.

O terceiro capítulo analisa o processo de consolidação da realeza, com foco nos quatro reis de tal momento: Alarico, Ataulfo, Sigerico e Valia. São vistos os desafios que a realeza enfrentou como as ameaças internas, como deserções, assassinatos e traições, tanto como as externas, como o instável ambiente da política romana e sua influência sobre os Godos, com a participação destes em diversas campanhas contra ou favor do Império Romano.

Um ponto de destaque no capítulo é a questão da transmissão do poder entre Ataulfo e Sigerico e deste para Valia, feita de maneira traumática, por meio de regicídio. O assassinato do Rei e a assunção do assassino ao poder régio são debatidos, sobre a validade ou não das teorias a respeito de uma possível conspiração encabeçada por Sigerico para obter o poder e sua queda uma semana depois, morto por nobres que elegeram Valia para a dignidade régia.

A conclusão visa apresentar os pontos finais da pesquisa, tratando sobre como a realeza se consolidou e semeou o futuro dos Godos, através do assentamento imperial

de 418 na Aquitânia, que durante o século V se tornaria o Reino Visigodo de Toulouse, bem como o entendimento da transformação da dimensão política da sociedade gótica a partir da construção da realeza.

Desta maneira, o trabalho a seguir visa tentar cobrir uma lacuna existente nos estudos sobre os povos germânicos quando do Período das Migrações, buscando estabelecer pontes entre historiografias distintas na Europa: a espanhola, a inglesa e a alemã bem como aproveitar referências ligados a Antropologia e Ciência Política de intelectuais italianos e americanos, sem esquecer, no entanto, as raízes primeiras desta pesquisa, vindas do estudo da História Militar em temas ligados aos Godos e ao Império Romano.

Primeiro Capítulo

Considerações Teórico-Metodológicas e Fontes

A presente pesquisa surgiu advinda de monografias realizadas na Graduação na Universidade Federal Fluminense e no Curso de Especialização em História Militar Brasileira na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Os dois trabalhos trataram dos Godos entre os anos de 376 a 395, nos quais importantes fatos que definiram os rumos deste povo ocorreram, sendo destacáveis: a Segunda Guerra Gótica (376-382), o assentamento dos Godos como federados no Império Romano (382) e a Batalha do Rio Frigidus (395).

No decurso das pesquisas, focadas em temas ligados ao campo da História Militar, pode-se perceber que os Godos e depois os Visigodos, tal como os povos germânicos da Antiguidade conferiam a atividade bélica especial assento nas questões sociais.

A guerra acabava por incorporar todas as esferas da vida dos povos germânicos, seja como atividade militar ou como atividade econômica, na obtenção de pilhagem e saque gerando uma riqueza que era compartilhada pelos guerreiros com a sociedade. A atividade bélica possuía um aspecto ligado ao sagrado, na medida em que se honravam compromissos religiosos com os deuses germânicos relacionados a elementos bélicos, e também se ligavam a manutenção das tradições como a exaltação de valores heroicos e laços entre os guerreiros.

Desta maneira, a continuidade da pesquisa no Mestrado em História Social na UNIRIO, sob a orientação do professor Paulo André Leira Parente, indicava para o que, a partir do exame das fontes, constatou-se que, a atividade militar contribuiu para solapar a estrutura das sociedades germânicas da Antiguidade, dando início a uma

grande transformação na qual surgiram realezas, no bojo da formação dos reinos bárbaros sucessores do Império Romano.

O surgimento de tais realezas obedeceu a diversos critérios, ligados ao processo histórico de cada um daqueles povos germânicos, com elementos variados para a legitimação destas, que vão desde uma natureza sagrada da dignidade régia¹, passando pela liderança revestida pela tradição, até a realeza que surgiu advinda de chefaturas militares e da capacidade do uso da força como meio de consecução dos seus objetivos.

O objetivo da presente dissertação é buscar entender como surgiu a realeza entre os Godos, mais especificamente o ramo dos Visigodos, surgidos na última década do século IV, já assentados no seio do Império Romano, no contexto do pós-Segunda Guerra Gótica (376-382). Para tal, consideramos crucial o período estudado, entre 395 e 418, como o lapso temporal decisivo para a formação dessa realeza e sua luta pela consolidação contra fatores diversos como a própria resistência da antiga nobreza tribal, a busca por uma base física do poder e a pressão exercida pelo Império Romano, “aliado e inimigo” ao mesmo tempo dos Godos. Consideramos também que o período imediatamente anterior, de 376 a 395, tem papel fundamental no lançamento das bases do processo de formação da realeza visigótica.

Para isto, as fontes consultadas na pesquisa são preciosos documentos que reportam tanto o momento ocorrido, devido a sua contemporaneidade aos acontecimentos, como é o caso de Amiano Marcelino e Paulo Orósio, bem como demonstram uma visão do processo histórico a serviço da legitimação das realezas góticas, como é o caso de Jordanes.

¹ Utilizaremos o termo para nos referir a condição real entre os Godos/Visigodos. Uma vez que não há trono nem coroa, em si tratando de uma realeza incipiente, preocupada com sua consolidação no contexto das migrações góticas sem condições de estabelecer uma simbologia (coroa, manto real, trono) conveniente ao postulado régio.

1.1 – Considerações sobre as Fontes: Amiano Marcelino, Paulo Orósio e Jordanes

O historiador da Antiguidade Tardia tem um desafio sempre posto a sua frente quando da análise das fontes. Todos os cronistas do período refletem em seus textos as tensões do momento, ligadas as mais variadas ordens, com dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais do Império Romano em transformação nos séculos IV e V.

Além disso, existe o desafio de tratar de um povo que não legou fontes sobre suas ações. Todas as fontes que relatam sobre o Godos neste período são romanas, portanto, portadoras de uma ideologia imperial que tendia a desprezar os povos bárbaros, oferecendo imagens depreciadas destes. As três fontes utilizadas na pesquisa, das quais destacamos Paulo Orósio, compartilham esta ideologia e mesmo Jordanes, que se declara descendente de Godos, não foge a regra.

Amiano Marcelino e Paulo Orósio: Diferentes Concepções do Mundo Romano em Transição

Duas das três fontes trabalhadas nesta pesquisa são autores romanos, Amiano Marcelino e Paulo Orósio, mas que possuem diferentes visões acerca do momento em que viviam. Amiano tinha devoção aos deuses ligados ao culto imperial, grego e soldado. Paulo Orósio, cristão, era presbítero da Igreja na África romana. A visão dos dois mostra a divisão entre a tradição clássica e pagã e o advento do Cristianismo no Império Romano (CERQUEIRA, 1997:116-8), em período de grandes tensões, aliadas a

difícil situação militar romana, que enfrentava pressão em quase todas as fronteiras (MACDOWELL, 2001:8-9).

Amiano Marcelino é uma fonte que teve grande importância em estágios anteriores de nossas pesquisas. Ele é uma fonte consagrada pelos historiadores da Antiguidade Tardia, e diferente de Jordanes, não tem sido levantadas questões até o presente momento sobre sua validade.

Amiano Marcelino nasceu em Antioquia, cidade da Síria romana, por volta de 325 ou 330, sendo membro de uma família da alta sociedade local, o que lhe garantiu uma boa educação e posição na máquina burocrática imperial. Em 350 ingressou no Exército Imperial, servindo no corpo dos *protectores domestici*, o que significava que ele possuía um alto posto militar, devendo prestar assistência a generais no campo, com uma série de encargos que iam desde fiscalizar o abastecimento das tropas, a atualização dos números dos efetivos e missões especiais. Foi transferido para servir ao *magister equitum* (“mestre da Cavalaria”, também pode ser entendido como “general” ou “marechal da Cavalaria”) Ursicino em 353, desempenhando tal função até 354, quando foi enviado a Antioquia. Manteve-se no Exército Imperial até 363, testemunhando de perto diversas batalhas travadas pelo Império Romano no *limes* da Ásia (GONÇALVES, 2008:95), especialmente contra os Persas Sassânidas, destacando-se a campanha do Imperador Juliano, que terminou tragicamente com a morte deste, na Batalha de Samarra (363). Com o fim do reinado do imperador pagão, Amiano Marcelino desligou-se do Exército Imperial, retornando a Antioquia, onde provavelmente residiu até a sua morte, estipulada por volta de 391 ou 393.

A concepção de História presente em Amiano é muito influenciada pelo seu devoção aos deuses do panteão imperial e sua educação, ligada a tradição clássica (CERQUEIRA, 1997:116-7) e sua obra é referendada por muitos historiadores

(GONÇALVES, 2008:96) como quase que “isenta” de preconceitos. Neste ponto, concordamos com Bruna Campos Gonçalves:

“Discordamos, entretanto, dessa visão, pois acreditamos que, mesmo tendo escrito uma narrativa de eventos que tenha presenciado, o autor seja passível de embutir em seus escritos preceitos pessoais sobre a política do momento.” (GONÇALVES, 2008:96).

O melhor exemplo para verificar-se a inexistência de tal “imparcialidade” em Amiano, se dá através de um criterioso exame da fonte, na qual transparecem a ideologia do autor e a manifestação de suas próprias idiossincrasias. O Imperador Juliano, também devoto dos deuses, é seu “herói”, e quando relata sobre este, Amiano elogia suas virtudes, sem deixar de apontar seus defeitos. Embora não transforme Juliano em um herói ideal, Amiano deixa espaços para que se entenda que o imperador era um homem diferenciado, de grandes qualidades.

“Ele era um homem a ser enumerado entre os espíritos heroicos, distintos por seus feitos ilustres e sua natureza majestosa. Por uma vez que existem, na opinião dos filósofos, quatro virtudes principais: moderação, sabedoria, justiça e coragem e, correspondendo a estas algumas características externas, como o conhecimento da arte da guerra, autoridade, boa sorte e liberalidade, estas como um todo e separadamente, Juliano as cultivou com zelo constante.”² (Am. Marc. XXV, 4.1).

² “Vir profecto heroicis connumerandus ingeniis, claritudine rerum et coalita maiestate conspicuus. Cum enim sint, ut sapientes definiunt, virtutes quattuor praecipuae, temperantia prudentia iustitia fortitudo, eisque accedentes extrinsecus aliae, scientia rei militaris, auctoritas felicitas atque liberalitas, intento studio coluit omnes ut singulas.”

Porém, Amiano também era capaz de demonstrar os defeitos de Juliano, mostrando que este herói tinha fragilidades, como a vaidade:

“Ele se deliciava com os aplausos da multidão, desejando elogio além da medida até para as coisas menos importantes e o desejo de popularidade muitas vezes o levou a conversar com homens indignos.”³ (Am. Marc. XXV, 4.18).

Já Constâncio possui um retrato menos favorável de Amiano, mas o cronista não deixa de relatar suas virtudes, embora se perceba um peso maior no texto quanto aos defeitos do imperador cristão.

“Por uma maneira prudente e comedida e pela moderação no comer e beber manteve boa saúde de tal forma que raramente sofreu doenças, pois quando ele as tinha, possuíam um caráter perigoso. [...] Se contentava com pouco sono quando o tempo e as circunstâncias assim o exigiam. Durante toda sua vida, ele era tão extraordinariamente casto, que nem mesmo uma suspeita poderia ser dirigida a ele...”⁴ (Am. Marc. XXI, 16.5-6).

A seguir, enumeramos alguns dos defeitos de Constâncio, na visão de Amiano.

“Em tais casos ele demonstrou inimizade mortal a justiça, embora tenha feito um esforço especial para ser considerado justo e misericordioso. E como faíscas de uma floresta seca, mesmo com

³ “*Vulgi plausibus laetus, laudum etiam ex minimis rebus intemperans adpetitor, popularitatis cupiditate cum indignis loqui saepe adfectans.*”

⁴ “*In vita parca et sobria edendi potandique moderatione valetudinem ita retinuit firmam, ut raros colligeret morbos, sed eos non procul a vitae periculis: id enim evenire corporibus a lascivia dimotis et luxu, diuturna experimenta et probationes medendi monstrarunt. 6 Somno contentus exiguo, cum id posceret tempus et ratio, perque spatia vitae longissima inpendio castus, ut nec amaro ministro saltem suspicione tenus posset redargui, quod crimen etiam si non invenit, malignitas fingit, in summarum licentia potestatum.*”

uma leve brisa de vento vêm com curso irresistível, trazendo perigo para as aldeias rurais, por isso ele também de causas triviais despertou uma massa de males, ao contrário do reverenciado Marco [*nota nossa: Marco Aurélio*]...”⁵ (Am. Marc. XXI, 16.11).

Através das passagens acima citadas, por meio do exemplo dos dois imperadores, Juliano e Constâncio, como se dá a escrita da história por parte de Amiano, constatando nisto que sua obra não é isenta como pretendem alguns historiadores, mas também sofre influência do momento que é registrada bem como das preferências pessoais daquele que a escreve.

Utilizando os retratos de Constâncio e Juliano, vemos que embora Amiano sofra influências do meio, sua escrita é muito razoável com Constâncio, pois, apesar de ser um imperador cristão não deixa de ter qualidades importantes para o exercício de suas funções públicas assim como os defeitos de Juliano. Mesmo com certa preocupação ligada a questão religiosa presente em seu tempo, Amiano, demonstra critério na sua escrita. Ocupa-se, ao tratar dos imperadores, de quais características destes exerceram papel negativo ou positivo no desempenhar das funções imperiais.

Amiano enxerga a necessidade de que o Estado, a máquina pública romana, não seja envolvido nas questões religiosas, não devendo intervir na querela entre cristianismo e paganismo, para que não seja solapada a autoridade imperial por questões menores. Por isto, um dos maiores traços presentes em seu texto é a tolerância. É imbuído desta que Amiano produz seu relato e é capaz de produzir uma visão moderada de seu tempo e no nosso exemplo, dos imperadores citados.

⁵ “*Iustumque in eius modi titulis capitaliter oderat, cum maxime id ageret, ut iustus aestimaretur et clemens. Et tamquam ex arida silva volantes scintillae flatu leni ventorum ad usque discrimina vicorum agrestium incohibili cursu perveniunt, ita ille quoque ex minimis causis malorum congeries excitabat, Marci illius dissimilis principis verecundi, qui cum ad imperiale culmen in Syria Cassius surrexisset, epistularum fascem ab eo ad conscios missum, perlatore capto sibi oblatum ilico signatum exuri praecepit, agens adhuc in Illyrico, ne insidiatoribus cognitis invitus quosdam habere posset offensos.*”

Tal característica não se apaga em Amiano, quando relata eventos anteriores e já ligados a Segunda Guerra Gótica (376-382). Amiano não se exime em qualificar como equívocos as ações dos romanos no tratamento aos refugiados godos que tinham cruzado o *limes* danubiano, autorizados pelo Imperador Valente (Am. Marc. XXXI, 5.1), o que demonstra em muito o porquê de alguns historiadores valorizarem Amiano como fonte (CERQUEIRA, 1997:124).

Paulo Orósio é quase o que se poderia considerar como uma antítese de Amiano Marcelino. A narrativa da história em Orósio é uma proposição de história universal, fortemente influenciada pelo Cristianismo, buscando demonstrar que os tempos passados foram piores que o momento presente da época, em uma ordem imperial já transformada pelo Cristianismo, adotado como religião oficial do Império por Teodósio, em 395 (ALBERTO e FURTADO, 2000:11).

Orósio nasceu entre 375 e 380, segundo estimativas baseadas nas fontes, em Braga, cidade do noroeste da Hispânia romana. Jovem, teve uma boa educação, devido a pertencer a uma família de alta condição social. Pouco se sabe sua juventude. Ligou-se a Igreja, e por volta de 414 ou 415, Orósio saiu da Hispânia, provavelmente segundo historiadores, por causa das invasões de Suevos, Vândalos e Alanos em 409. As tropas romanas na Hispânia foram incapazes de oferecer resistência e a província sofreu com as ações dos bárbaros.

Sua viagem teve como rumo Hipona, Norte da África, onde residia Agostinho, maior intelectual do império a época, segundo os cristãos. Rapidamente ele estabeleceu laços com Agostinho, tornando-se discípulo deste. Foi enviado por Agostinho a Palestina em 415 para estabelecer contato com Jerônimo, outra figura importante do mundo cristão. Lá, Orósio encontra com Jerônimo em Jerusalém, levando correspondências de Agostinho para este e suas respostas ao religioso de Hipona.

Orósio participa de um concílio em sua estadia na cidade, movido pelo debate sobre as teses de Pelágio (350-423), que contava com a simpatia do bispo da cidade, João. Orósio se torna seu principal adversário no evento, mas não foi capaz de impedir a decisão do concílio de que as teses pelagianas eram válidas. Orósio então deixa Jerusalém no início de 416, retornando a África, transportando consigo as relíquias de Santo Estevão. Após uma breve parada em Alexandria, Orósio prosseguiu na viagem de retorno a África. De lá tentou uma viagem a Hispânia, passando pela ilha de Minorca, onde ficou, impossibilitado de seguir. Ali, Orósio decidiu retornar a África, deixando as relíquias de Santo Estevão com a igreja local. Não aparecem informações posteriores a 417, embora um cronista afirme que Orósio viveu até o final do reinado do Imperador Honório, em 423 (ALBERTO e FURTADO, 2000:9-17).

Para que se tenha uma ideia acerca da escrita de Orósio, temos de ter em mente quais são as direções do presbítero hispânico. Se para Amiano, existia a necessidade de um Estado imperial que garantisse a justiça e a liberdade com a boa governança, para Orósio, o que importaria seria que tal Estado possuísse uma política religiosa (CERQUEIRA, 1997:132-3), bem como seu herói é Constantino, em vistosa diferença de Juliano, o herói de Amiano. Constantino é retratado por Orósio como um edificador de uma nova ordem, no caso, cristã, pela fundação de Constantinopla.

“Foi o primeiro, ou mesmo o único de nome entre os monarcas romanos, que fundou uma cidade com o seu próprio nome. Esta, a única totalmente livre de ídolos, fundada para este efeito num brevíssimo espaço de tempo, foi desenvolvida por um imperador cristão a tal ponto que só ela, por sua beleza e poderio, se igualar com razão a Roma, cidade que se desenvolveu ao longo de tantos séculos e desgraças.”⁶ (Or. VII, 28.27).

⁶ “*Vrbem nominis sui Romanorum regum uel primus uel solus instituit; quae sola expers idolorum ad hoc breuissimo tempore condita a Christiano imperatore provecta est ut sola Romae, tot saeculis miserisque provectae, forma et potentio mérito possit aequari.*”

Porém, a visão de Orósio não se limita apenas ao conflito entre paganismo e cristianismo. O presbítero espanhol também fala sobre as heresias cristãs, em especial o arianismo, muito popular entre o final do século IV e início do século V (Or. VII, 29.2-3). Também reserva lugar para os comportamentos que julgava “desviantes”. As heresias e tais comportamentos, para Orósio, são ações ligadas ao demônio, ideia que permeia sua escrita, devido a influência da tese agostiniana de que a história é um dos panos de fundo da luta universal entre Deus e o diabo (CERQUEIRA, 1997:137). Nem imperadores escaparam de seu registro, feito de maneira “impiedosa” para aqueles considerados “ímpios”.

Tanto Constâncio quanto Constante, filhos de Constantino, portanto, derivados daquele que é o “herói” orosiano, incidem em comportamentos reprovados pelo cronista. Constâncio é criticado duramente por uma vez tendo adotado o credo niceno, converte-se ao arianismo, caindo em uma armadilha diabólica, segundo Orósio (Or. VII, 29.3-5). Já Constante é retratado negativamente por causa de sua homossexualidade desregrada, que também seria uma forma de ação do diabo, para tirar o jovem co-imperador (governava o Império junto com Constâncio e Constantino II) do caminho correto. Por possuir tais vícios, segundo o pensamento orosiano, sua natureza era cruel, causando muitos sofrimentos aos cidadãos com suas ações para obter o agrado de seus soldados, o que levou a sua própria morte quando foi traído por estes (Or. VII, 29.7).

Isto reflete o paradigma agostiniano em Orósio, que se faz presente não só para relatar como se dá o confronto entre Deus e o diabo, mas também para relatar que Deus sempre triunfa sobre o mal, como no caso da própria vida de Constante.

Quanto aos Godos, a visão de Orósio difere de Amiano, desconsiderando mesmo abusos romanos contra eles. Não nutre simpatia pelo povo bárbaro, como transparece

em seu relato da Batalha do Rio Frigidus, em 395, no qual considera que o Imperador Teodósio foi duplamente vitorioso: primeiro sobre seu inimigo, o usurpador Eugênio e segundo, sobre os próprios Godos, que sofreram pesadas baixas em combate (Or. VII, 35.19). Entretanto, o presbítero considera os bárbaros também como instrumentos da vontade de Deus, e salienta a condição cristã dos Godos e de Alarico I, ressaltando o seu zelo com os locais sagrados quando do Saque de Roma, em 410 (Or. VII, 37.17; 39.1).

Portanto, por meio de uma breve análise, buscamos expor um pouco sobre o pensamento de Orósio e Amiano Marcelino. Embora quase contemporâneos, os dois cronistas produziram relatos completamente diferentes, resultado das visões de mundo que possuíam, e que, além disso, servem como um retrato das condições do Império Romano em fins de século IV e início do século V na luta entre duas ordens, da qual o Cristianismo se sobressaiu contra o paganismo antigo. Por meio deles, observamos diferentes percepções do mundo romano acerca dos Godos.

1.2 – Jordanes: o polêmico cronista dos Godos

Jordanes é a terceira fonte utilizada nesta pesquisa. Diferentemente de Amiano e Orósio, o cronista bizantino, de descendência gótica, escreveu uma história dos Godos, buscando criar um relato épico e glorioso de seus feitos, comparáveis mesmo a história romana.

Os dados que são conhecidos sobre a vida de Jordanes são escassos. Sabe-se que viveu em Constantinopla durante o século VI e que era um burocrata na máquina imperial, e em certo ponto de sua vida, escreveu duas obras de história: uma sobre a

história de Roma e outra sobre os Godos (KULIKOWSKI, 2008:67-8). A segunda ficou conhecida como *Getica*, e foi por muito tempo base de estudos não somente sobre os Godos, mas também quanto a outros povos germânicos.

Porém, recentemente, historiadores, em especial ligados a historiografia americana tem manifestado forte oposição ao uso de Jordanes como uma fonte histórica. Deste movimento, o maior expoente é Michael Kulikowski (KULIKOWSKI, 2008), que descarta totalmente Jordanes, e por consequência, a tese sobre a origem dos Godos ter sido na Escandinávia, e de lá teriam empreendido migrações pela Europa até chegarem a Dácia e ao *limes* romano do Danúbio no século III.

Outras informações que sabemos sobre o cronista são objeto de debates. Existe discordância entre os historiadores sobre se ele teria sido um bispo ou não e sobre sua conversão ao Cristianismo. Tal conversão provavelmente foi ao credo niceno, pois Jordanes deve ter sido um adepto do arianismo, muito popular entre os povos bárbaros, especialmente os Godos, convertidos pela ação do bispo ariano Ulfilas.

Para Kulikowski, os Godos são um produto das dinâmicas da própria região de fronteira, ou seja, o contato com Roma fez com que aquelas tribos agrupadas em determinado local passassem a utilizar uma identidade criada em resposta à presença do Império Romano por volta do século III (KULIKOWSKI, 2008: 74), ou seja, a ideia de “Godo” teria sido composta neste momento, pelos romanos que precisavam nomear os povos com os quais comerciavam ou lutavam. A seu ver, as provas arqueológicas e linguísticas utilizadas pela historiografia europeia para validação de Jordanes são insuficientes para tal, descartando-o como fonte sobre os Godos.

O conceito de etnogênese, muito popular na historiografia alemã, tendo ecos na inglesa, que tem sido utilizado ao longo dos anos para nortear os estudos ligados as sociedades germânicas primitivas e do Período das Migrações, não é considerado por

Kulikowski nem seus pares na historiografia americana. Porém, para nós tal conceito é precioso para entender mesmo as transformações ocorridas no seio dos povos germânicos entre os séculos III e V, em especial os Godos.

Já para historiadores como Herwig Wolfram (WOLFRAM, 1988) e Peter Heather (HEATHER, 1996), Jordanes tem plena validade, embora certas passagens da *Getica* não possam ser consideradas pela falta de outras fontes para checar ou confrontar a informação, mas também por causa da própria forte carga supostamente fantasiosa colocada por Jordanes. O cronista relata que um rei gótico foi derrotado por um faraó egípcio e este o teria perseguido pelo Nilo (Jord. Get. 47). Não há em fontes sobre o Antigo Egito nenhuma citação que corrobore o relato de Jordanes bem como tal passagem cai em contradição com o próprio relato. Para os historiadores citados acima, Jordanes deve ser representado como um repositório das tradições góticas (WOLFRAM, 1988:15 e HEATHER, 1991:3-5).

Porém, há um dado a ser considerado sobre o relato de Jordanes. Ele relata que produziu a *Getica* condensando uma obra anterior e hoje perdida, uma história dos Godos feita por Cassiodoro, prefeito pretoriano dos reis ostrogodos na Itália.

Em muito, constatou-se em nossa pesquisa que o grande debate acerca da validade de Jordanes ou não como uma fonte válida é justamente por causa de Cassiodoro e sua crônica acerca dos Godos.

Flávio Magno Aurélio Cassiodoro Senator foi um nobre romano que ocupou cargo de destaque na corte do Reino Ostrogodo da Itália, como já dito acima. Durante seu período na corte, ele escreveu doze livros sobre a história dos Godos, a mando de Teodorico, o Grande (493-526), o mais bem sucedido rei ostrogodo (WOLFRAM, 1988:513). Cassiodoro abandonou a causa gótica e exilou-se em Constantinopla em 540.

A presença de Cassiodoro na obra de Jordanes é algo difícil de ser detectado por não dispormos de meios para tal. Jordanes relata que escreveu a *Getica*, após ter lido o texto de Cassiodoro por três dias, adicionando uma introdução, uma conclusão e dados extraídos de outras fontes, cronistas gregos e latinos.

“Embora tivesse sido o meu desejo de deslizar no meu pequeno barco pela costa de uma costa pacífica e, como diz um certo escritor, para reunir pequenos peixes das piscinas dos antigos, você, irmão Castálio, manda-me navegar em direção ao profundo. Você me pede para deixar o pouco trabalho que eu tenho na mão, isto é, a abreviação das crônicas, para condensar em meu próprio estilo neste pequeno livro dos doze volumes do [Cassiodoro] Senator sobre a origem e obras dos Getae [Godos] de velhos tempos até os dias atuais, descendendo através das gerações dos reis. (...) Nem que você observe isso, que minha pronúncia é demasiado pequena para preencher tão magnífica trombeta de discurso como a dele. Mas, acima de cada fardo é o fato de que eu não tenho acesso a seus livros para que eu possa seguir o seu pensamento. Ainda assim – e não me deixes mentir – eu tenho em épocas passadas, li os livros pela segunda vez por empréstimo por um mordomo para a leitura de três dias. As palavras eu não lembro, mas o sentido e as ações relacionadas acho que mantive inteiro. Para isso eu adicionei uma composição de assuntos de algumas histórias gregas e latinas. Eu também coloquei uma introdução e uma conclusão, e inseri muitas coisas de minha própria autoria. Portanto não me censure, mas receba e leia com alegria o que você me pediu para escrever...”⁷
(Jord. Get. 1-3).

⁷ “*Volentem me parvo subvectum navigio oram tranquilli litoris stringere et minutos de priscorum, ut quidam ait, stagnis pisciculos legere, in altum, frater Castali, laxari vela compellis relictoque opusculo, quod intra manus habeo, id est, de adbreuiatione chronicorum, suades, ut nostris verbis duodecem Senatoris volumina de origine actusque Getarum ab olim et usque nunc per generationes regesque descendentem in uno et hoc parvo libello choartem: 2 dura satis imperia et tamquam ab eo, qui pondus operis huius scire nollit, inposita. Nec illud aspicias, quod tenuis mihi est spiritus ad inplendam eius tam magnificam dicendi tubam: super omne autem pondus, quod nec facultas eorundem librorum nobis datur, quatenus eius sensui inserviamus, sed, ut non mentiar, ad triduanam lectionem dispensatoris eius beneficio libros ipsos antehac relegi. Quorum quamvis verba non recolo, sensus tamen et res actas credo me integre retinere. 3 Ad quos et ex nonnullis historiis Grecis ac Latinis addedi convenientia, initium finemque et plura in medio mea dictione permiscens. Quare sine contumelia*

De qualquer maneira, através deste resumo, é possível talvez mesmo acessar o ambiente no qual foi produzida a obra de Cassiodoro, na corte dos ostrogodos do século VI, e nisso chegamos ao ponto em que entendemos que trabalhar com Jordanes nesta pesquisa torna-se isento de polêmica: ele produz uma obra que visa legitimar as casas régias de Visigodos e Ostrogodos, com um maior destaque para os últimos. Como se daria tal legitimação no texto de Jordanes? Em uma das passagens, ele diz que os Visigodos estão sob o mando da linhagem régia dos Balthi e os Ostrogodos sob os Amali (Jord. Get. 42) e em outro, estabelece uma árvore genealógica dos reis góticos na qual os Amali seriam os líderes dos Godos há milhares de anos (Jord. Get. 79). Os Amali são retratados como nobres e superiores aos Balthi (Jord. Get. 146), que são conhecidos pela coragem, que deu origem a seu próprio nome (Balthi = Baltha, “corajoso”).

Se considerarmos por outro lado, o foco nos núcleos de tradição, como defendido por Wolfram, Jordanes tem grande importância, pois retrata o pequeno grupo que na visão deste, é o grupo responsável pela manutenção da identidade gótica durante as migrações: a cúpula da nobreza tribal, que formará a base das realezas góticas, que atuariam como guardiãs da tradição e dos costumes dos Godos (WOLFRAM, 1988:117-170).

Ou então, de acordo com Heather, Jordanes comprovaria a migração dos Godos referendado por base arqueológica na qual a tradição e os costumes não seriam guardados por uma pequena aristocracia, mas sim pelos próprios homens adultos dessa população em movimento, na medida em que se entendiam e se viam como Godos (HEATHER, 1991:67).

quod exigisti suscipe libens, libentissime lege; et si quid parum dictum est et tu, ut vicinus genti, commemoras, adde, orans pro me, frater carissime. ”

Não nos interessa adentrar o terreno da disputa quanto a validade de Jordanes descrita acima entre as historiografias europeia e americana, sob pena de desviarmos o foco de nossa pesquisa. Pela carga de leitura exigida pelo trabalho, visto os dados apresentados, tendemos a estabelecer nossa posição em sintonia com os trabalhos europeus, mesmo porque se não utilizarmos tal fonte, perderíamos uma preciosa oportunidade, pois cabe entender que, independente do debate, Jordanes tem uma importante finalidade: por meio de Cassiodoro, a quem é bem possível que tenha copiado, é o eco de uma história feita sob encomenda para agradar aos reis góticos do século VI. É o revestimento literário de uma tradição inventada, se assim se pode dizer.

Portanto, não podemos nos furtar a utilizar Jordanes na pesquisa, mesmo que seu uso seja em menor escala que Orósio. No caso dele, o enfoque acaba sendo mais em como são retratadas as incipientes realezas, em especial a visigótica.

1.3 – Poder e Estado entre os Godos/Visigodos: Realeza sem Estado?

Para além da figura do uso da força com uma finalidade militar, ou seja, a composição de forças que visaria a consecução de objetivos políticos, econômicos ou mesmo demográficos, pois vale lembrar que era comum o fenômeno da migração entre os povos germânicos da Antiguidade, também se faz necessária a compreensão do uso da violência com fins de obtenção e manutenção do poder.

Ataulfo, cunhado de Alarico, sucedeu este, quando de sua morte em 410. Reinou até 415, quando foi assassinado por uma conspiração liderada por Sigerico, que usurpou a dignidade régia para si, reinando por apenas oito dias, quando foi morto por uma reação de nobres fieis a Ataulfo, liderados por Valia (Jord. Get. 163-164). Vemos que a

realeza não somente se vale da força no tocante a seu aspecto bélico ou militar, mas também na questão do uso da violência para obtenção do poder.

Destaca-se para uma compreensão acurada da natureza da aplicação da violência ligada a realeza, as pesquisas antropológicas de Valerio Valeri (VALERI, 1994) que a define como:

“A realeza é um sistema de organização política no qual uma pessoa – o rei – é o centro ou o foco de toda a comunidade. Enquanto tal, o rei representa os valores fundamentais da sociedade sobre a qual reina e é considerado sagrado e até divino. Mesmo quando o rei não é sagrado *stricto sensu*, tem relações privilegiadas com quem é sagrado: deus ou sacerdote, que é seu interprete. Aos poderes místicos da realeza está geralmente associado um poder militar.” (VALERI, 1994:415)

A definição que Valeri nos fornece serve bem para a nascente realeza visigótica. Alarico e os reis que lhe seguem não são reis sagrados, mas alguns deles, com exceção de Sigerico, pertenceriam a uma casa real, os Balthi, que teria como ancestrais heróis e deuses do antigo panteão germânico. Valeri salienta que: “As monarquias dos Germanos conquistadores fundam-se na ideia da sacralidade de uma linhagem em que o rei é obrigatoriamente escolhido.” (VALERI, 1994:434).

Além disso, estabelecem seu caminho com uso do poder militar como maneira de abrir espaço e obter novas atribuições, aumentando seus poderes. A própria natureza guerreira é uma forma de demonstrar que o homem que se torna rei teria uma natureza diferenciada, devido a suas proezas, teria o bom favor dos deuses (VALERI, 1994:421) e o bom governo do povo ou da tribo.

Assim, o nobre que deseja ser rei precisa adquirir uma natureza transgressora das leis e usar de meios violentos para obter o poder. Tais meios podem ser o assassinato do

Rei ou de nobres, mas neste caso a violência se dá de maneira diferente do que em atividades bélicas. Uma vez conquistado o poder, o novo Rei edita leis ou atos para impedir ações como as de que ele se valeu para conseguir o poder (VALERI, 1994:423), algo muito comum nas realezas germânicas. Tais ações podem ser desde uma rebelião contra o rei anterior, passando pelo assassinato de parentes ou pares (demais nobres) visando a eliminação de rivais ao poder, chegando a ações ditas “bestiais”, como o abandono de esposas grávidas e filhos (VALERI, 1994:421).

Como exemplo ligado aos Godos, podemos citar a captura por Estilício de familiares de Alarico I, deixados para trás por este, após as batalhas de Polentia (6 de Abril de 402) e Verona (Verão de 403), ocorridas na invasão da Itália empreendida pelos Godos entre 401 e 403 (Jord. Get. 155; Or. VII, 37.2).

Para Valeri, o rei que advém de uma natureza militar, o rei conquistador ou rei guerreiro, é um selvagem em essência. Selvagem porque acessa uma natureza violenta para obter seus objetivos de tomada do poder. Associa-se a dísticos ligados a animais, cria uma figura animalesca, bestial para si. Por isso, o porquê dos atos “bestiais” na busca pelo poder. É a natureza do transgressor formada, o homicida que se torna regicida ou mesmo um assassino de parentes em busca do poder (VALERI, 1994:423-9). O assassinato de Atila por uma conspiração liderada por Sigerico (Or. VII, 43.7-9), citada acima, é outro exemplo na história visigótica desse homem que rompe com as leis e a ordem para ele mesmo se tornar rei.

O rei tem um comportamento é reprovável. Ataca mesmo a questão sexual, agindo de maneira descabida e violenta. É o rei que comete incesto, estupra e rouba mulheres, que possui maneiras que chocam a sociedade. Liga-se com prostitutas, podendo ser mesmo filho em alguns casos (VALERI, 1994:428-9).

O rei somente pode deixar tal natureza, já quando no poder. Os próprios ritos de passagem ao poder são os momentos decisivos para a transformação do rei numa figura diferenciada daquela que ele foi antes (VALERI, 1994:422). No caso gótico, a aclamação do Rei, eleito por uma assembléia composta pela nobreza guerreira é o rito que promove a ligação do rei com o povo ou que refaz este laço, transformando-o. As eleições de Ataulfo e Valia são significativas para a compreensão da fundação deste laço entre rei e povo (Jord. Get. 158; 163-164).

Cabe uma observação sobre o conceito de povo. No caso das sociedades germânicas, fortemente ligadas ao fenômeno da guerra, entende-se em muito como “povo” os homens em armas, os guerreiros que tomavam as decisões em assembléias populares, onde todos tinham o mesmo peso no voto. Em tais assembléias, tratavam-se importantes aspectos da vida na sociedade: decisões sobre ir a guerra, questões religiosas e aspectos da lei (COLLIVA, 1986:986-987). Na transformação que passam os Godos, a assembléia acaba se tornando o espaço de aclamação daquele que solapa sua autoridade sobre o povo: o rei, que passa a controlar tal espaço, que não deixa de existir, mas cujo papel muda com a ascensão da realeza.

O rei transformado adquire um novo caráter, pacífico, que se inicia com o próprio rito de coroação ou de transmissão da dignidade régia como uma eleição ou aclamação. Valeri, valendo-se de exemplos ligados a monarquia e república romanas, divide o processo de transformação do rei em três fases: a primeira, caracterizada especialmente pela violência, a segunda, onde ele busca uma legitimação ao alcançar o poder, e finalmente a terceira, na qual o rito de coroação representa a transformação deste rei, de selvagem em guardião da lei (VALERI, 1994:431). Sua força reside no fato de ser o agora defensor da coletividade, conferindo um status legal a uso da força que aquele rei porventura venha a utilizar (VALERI, 1994:432).

As considerações de Valeri, fundamentadas na antropologia, são preciosas para a compreensão do foco de nossa pesquisa, que é o nascimento da realeza entre os Godos. Justamente porque Alarico, Ataulfo, Sigerico e Valia não são reis taumaturgos nem campeões da fé como os reis francos ou anglo-saxões (ROQUOI, 1995:56-62). O caráter sagrado do rei visigodo é mais ligado ao passado e a uma tradição inventada, ou seja, pertencendo a uma estirpe régia que descenderia de deuses e heróis.

Seu apontamento para a construção de uma realeza advinda de funções militares é importante para demonstrarmos que a construção das monarquias dos reinos sucessores ao Império Romano na Alta Idade Média não são somente ligadas a questão de base eclesiástica, ou seja, os reis nestes casos se afirmaram e se legitimaram em bases de poder diversas, sendo o nosso caso, a realeza visigótica, surgida embasada na tradição e no antigo e limitado papel militar das realezas germânicas primitivas.

O ponto fulcral da luta da realeza é o poder político. Segundo Bobbio (BOBBIO, 1989), poder político é intrinsecamente ligado a questão do uso da força.

“Para além de tudo, o definir o poder político como o poder cujo meio específico é a força serve para fazer entender porque é que sempre foi considerado o sumo poder, ou seja, o poder cuja posse opõe em todas as sociedades o grupo dominante. [...] Nas relações entre grupos sociais, não obstante a pressão que pode exercer a ameaça ou a execução de sanções econômicas, para induzir o grupo oposto a desistir de um comportamento tido por nocivo ou ofensivo (nas relações entre grupos, os condicionamentos de natureza ideológica têm menos peso), o instrumento decisivo para impor a própria vontade é o uso da força, ou seja, a guerra.” (BOBBIO, 1989:236).

Assim, a capacidade de possuir tal poder, e evidentemente, aplicá-lo, garantirá aquele que o controla a faculdade de impor a sua vontade e estabelecer controle sobre

uma determinada sociedade. O uso da força também é aquele visado para a consecução de objetivos políticos. A trajetória de Alarico nos ensina isto bem. Quando suas negociações com a autoridade imperial falharam, ele, sem alternativas restantes, lançou mão do uso da força como maneira de renegociar uma melhor posição para si e seu povo. Esta provavelmente era a lógica que o moveu nos combates contra Estilício e nos três sítios que empreendeu contra Roma, entre 408 e 410 (Or. VII, 38.2).

Verifica-se que Alarico se revoltou contra o próprio Estado que concedeu guarida aos Godos e lhe concedeu posto militar, do qual obteve vantagens financeiras e políticas que ajudaram a assegurar-se como Rei.

É especialmente importante notar que, apesar de não comporem um Estado, os Visigodos terem desenvolvido uma dignidade régia em que parte de sua força reside em ser uma intermediadora do Império com eles. Apesar disso, alguns historiadores, especialmente os ligados a historiografia espanhola, argumentam que uma instituição tal como o Estado romano só surgirá entre os Visigodos muitos anos depois, quando já estão assentados na Espanha, e mesmo assim, com severas limitações em relação ao poder que o Estado Imperial possuía (VALVERDE CASTRO, 2000:15).

Em nosso entendimento, o porquê dessa não composição de um Estado a partir do momento em que os visigodos foram capazes de eleger um Rei, talvez possa ser respondido com o fato de que eles estavam a este tempo, ligados ao Estado Imperial, bem como tal eleição não impediu a contínua migração deles. Desta maneira, a presença da máquina imperial, embora enfraquecida, e a falta de instituições germânicas seriam elementos que demonstrariam o porquê da não construção de um Estado por parte dos Godos.

Somente com um núcleo forte, onde um Rei dotado de autoridade suficiente para ditar leis que, em sua maioria, serviam apenas para impedir que membros do grupo

desertassem, bem como munido da autoridade romana para o recolhimento e cobrança de impostos, é que seria possível aos Visigodos evitar a desintegração, um perigo real e que envolveu muitos povos da Europa no início do século V. E não se tratava somente de uma assimilação por Roma, mas também de uma assimilação forçada pelos Hunos, que tinham se tornado uma força protagonista dentro do mundo bárbaro, num processo onde muitos povos perderam sua identidade (HEATHER, 1991:228-42).

Um exemplo disso se dá com os Ostrogodos, que se tornam um povo submisso aos Hunos, na vaga conquistadora destes sobre o reino ostrogodo no pré-Segunda Guerra Gótica (Jord. Get. 130). Os Ostrogodos lutaram ao lado dos Hunos até 454, quando conquistam sua independência do império huno na Batalha de Nedao (Jord. Get. 261-264).

A razão do sucesso de Alarico nos faz levantar certas questões, pois como ele, um membro da baixa nobreza gótica, pode tornar-se Rei, enquanto outros falharam? A resposta talvez resida no fato de que ele pode ter sido o primeiro a exercer tal primazia entre os Godos sem sair do meio do povo para fazê-lo, como tentaram outros príncipes góticos (Jord. Get. 146).

Nessa transformação, vale refletir sobre o poder obtido por Alarico como Rei. É um poder absoluto? Absoluto no sentido de exercer seu poder e não ser questionado, sendo capaz de manter seus súditos pela sua autoridade. Algo difícil de mensurar, porque não se fala de um poder assegurado, mas de uma realeza incipiente, que precisa demonstrar a razão de seu surgimento bem como garantir que os visigodos lhe seguirão. Ele é abandonado por nobres quando derrotado, como em Polentia (Jord. Get. 155), um sinal da fragilidade da dignidade régia que ostentava.

Seu poder era relativo e variável na medida em que manobrava dentro do Império. Ele possuía um grande prestígio logo após sua elevação a Rei, e atraiu

seguidores que se juntaram aos Visigodos, crendo que obteriam uma melhor vida sob seu comando. Mas quando foi cercado pelas forças imperiais comandadas por Estilício em 402, próximo a Verona, na Itália, além de sofrer pesadas baixas nos combates, diversos seguidores o abandonaram, incluindo-se aí importantes chefes guerreiros, que receberam patentes militares romanas (WOLFRAM, 1988:265-6).

Porém a realeza surgida dentre os Visigodos foi incapaz de produzir um Estado. Podemos elencar como fatores determinantes para tal a própria presença, ainda que combatida, do Estado Imperial e sua máquina burocrática, bem como o contexto gótico de 395-418: o processo de migração que passa por Ilíria, Épiro, Dalmácia, Panônia, Itália e por fim, a Gália romana, onde os Visigodos serão assentados em 418. Tal movimentação também impediria tal processo, visto que não existia uma base territorial. Joseph Strayer, um dos autores por nós considerados para refletirmos a questão do Estado, vê na migração dos Godos um impeditivo para formação de um reino e conseqüentemente, do aparato estatal (STRAYER, 1986:19)

E o próprio Estado romano foi a matriz para formar o Reino Visigodo de Toulouse (418-507), a partir do assentamento visigótico na Aquitânia (SIVAN, 1987:769-72). A composição da máquina ligada ao poder régio na corte de Toulouse, em um momento posterior a nossa pesquisa, é baseada na burocracia imperial local e o apoio da aristocracia galo-romana que percebeu nos Visigodos uma chance de preservação da sua posição social e propriedades (HEATHER, 1999:93-109).

Talvez a própria composição da realeza seja também um elemento que impediu o surgimento do Estado. Sua natureza militar, e o fato de sua única instituição “permanente”, se é que assim podemos dizer, ser o “*exercitus Gothorum*” (VALVERDE CASTRO, 2000:29) com certeza teria impedido a formação de uma burocracia civil. Ainda, como diz Bobbio: “Originalmente, monarquia é o governo de um só...”

(BOBBIO, 1989: 254). Assegurar o poder régio em uma disputa para submeter especialmente a nobreza deve ter sido uma tarefa que impediu outros esforços do Rei para dirigir novas políticas.

Os estudos sobre o Estado de Joseph Strayer nos ajudam a tentar responder tal questionamento. Segundo Strayer, alguns pontos são importantes como sinais indicativos do processo de composição de um Estado, como a continuidade territorial, com um núcleo (a capital), no qual possa ser constituído um sistema político, bem como instituições que possam sobreviver a alterações na liderança, que se aperfeiçoem no desenvolvimento da esfera política na sociedade e capazes de estabelecer uma identidade política ao povo que ocupa o território (STRAYER, 1986:11-2).

Embora a própria realeza seja decisiva na afirmação de uma identidade gótica e visigótica, não foi capaz de gerar tal tendência capaz de criar as instituições políticas acima citadas. Fora o serviço das armas, ou seja, a atividade bélica por cada homem, não existia sob o mando de Alarico I, Ataulfo, Sigerico ou Valia qualquer outra instituição onde se pudesse seguir uma carreira. Sem instituições impessoais e permanentes, nem a difusão da idéia de respeito a autoridade régia junto aos súditos, como detentora do poder, não há, como ocorrer a composição do Estado (STRAYER, 1986:16).

Como exposto ao longo do texto, os fatores apontados para composição e formação de um Estado não são atendidos pelos Godos. As razões para tal “não atendimento”, estão ligadas a própria dinâmica política das sociedades germânicas e mesmo dos Visigodos. As relações de lealdade são a pessoas e não a instituições, sendo que o reino era composto daqueles que aceitavam a autoridade do rei e, em alguns casos, de uma estirpe régia que seria detentora do poder, porém sem estabilidade geográfica, o que se aplica ao contexto visigótico de migração (STRAYER, 1986:18-9).

Portanto, a realeza visigótica é uma realeza sem Estado, e sua própria composição impede qualquer tentativa de surgimento do mesmo. O surgimento da realeza, passo decisivo na história dos Visigodos, não foi seguido pela formação de um Estado. Assim, diferente do caso franco ou anglo-saxão, a formação da realeza entre os Visigodos não foi o passo anterior a criação do Estado, sendo seu caráter primitivo mesmo um fator impeditivo ao surgimento deste.

1.4 – Godos, Visigodos e a Realeza Guerreira

Os Godos, como as típicas sociedades germânicas da Antiguidade possuíam uma organização tribal, e a autoridade nessas sociedades não advinha da capacidade de controle da força, ou seja, de um uso bélico desta, mas sim das figuras mais velhas na tribo, que compunham um conselho de anciãos, sob os qual recaia a responsabilidade da direção política da tribo. Tal conformação durou até meados do século II a.C. (TODD, 2004:28-34).

Com os primeiros contatos com Roma, entre os séculos I a.C. a II d.C., primeiro como uma república e depois já um império, profundas transformações se produziram nas sociedades germânicas, tendo seu grau de profundidade medido na dimensão espacial – quanto mais próximo do *limes* romano, a fronteira, maior era a velocidade das mudanças (TODD, 2004:44-53).

Como os Godos, foco de nossa pesquisa, a este tempo se encontravam a uma grande distância do *limes*, tais mudanças se processaram de maneira diferente. A tese mais aceita entre os acadêmicos atualmente, é a de que, segundo Jordanes, os Godos tenham surgido no sul da Escandinávia e norte da moderna Alemanha, e dali

empreendido entre os séculos II a III d.C. uma migração que os levou para uma região compreendida entre as modernas Romênia, Moldávia e Ucrânia, onde estabeleceram reinos (WOLFRAM, 1988:36-43).

Durante esse momento da história gótica, os Godos dividiam-se a este tempo em dois ramos principais: os Tervingi, que eram os mais conhecidos dos romanos, e os Greuthungi. Consideramos a tese de Herwig Wolfram sobre a divisão dos Godos no final da Primeira Guerra Gótica (250-271) como a mais adequada para explicar tal cisão (WOLFRAM, 1988:56-7).

A argumentação de Wolfram se baseia no fato das sucessivas vitórias romanas entre 268 e 271, que produziram uma divisão gótica pelo simples fato de que os Godos foram quase exterminados em combate contra as tropas imperiais sob o comando de Claudio II, que inclusive reclamou o título de Gótico para si, em celebração triunfal pela vitória sobre os Godos, e Aureliano que encerrou o conflito. Os Godos deixaram de posar como ameaça ao Império por um século, apesar de pequenas pilhagens empreendidas em terras romanas do *limes* danubiano durante o século IV.

Os dois ramos possuíam características que os diferenciavam em muito, como por exemplo, a figura régia. Enquanto os Greuthungi tinham um Rei que os liderava, os Tervingi possuíam uma figura de liderança, cujo título poderia ser traduzir como “juiz”. Tal cargo nos é relatado pelas fontes (Am. Marc. XXVII, 5.6), como um líder eleito pelos Tervingi para liderar a tribo durante um determinado mandato, com poderes limitados especialmente quanto à chefia militar (VALVERDE CASTRO, 2000:18-9).

Tal organização política não envolvia a figura de um “governador dos Godos”, mas príncipes tribais, citados nas fontes como os “*reiks*” (WOLFRAM, 1988: 94-100; HEATHER, 1991:98), que lideram subdivisões dos Tervingi e se estabelecem como uma “oligarquia”, um pequeno grupo da nobreza tribal que se credencia para a liderança

do povo, por meio da assembléia de guerreiros, dita o seu comportamento, recorda as tradições, recita o direito oral e empreende ações bélicas no estrangeiro (COLLIVA, 1986:777-778).

A este tempo, a autoridade máxima política era a figura do “juiz”, citado nas fontes como “*iudex*” ainda como “*iudex Thervingorum*” e “*iudex gentis*” (Am. Marc. XXVII, 5.8-9), que sendo um líder da tribo, eleito por um determinado período de tempo, e cujas responsabilidades incluíam a mediação entre as subdivisões tribais e seus príncipes, bem como manter a coesão da comunidade e a defesa da terra e da tribo em caso de guerra. Apesar de possuir tal responsabilidade militar, esse “juiz” não podia sair do território godo em nenhuma circunstância, o que mostra a natureza do cargo e suas limitações.

Existe certo debate sobre como entender os modelos teóricos adequados a descrever o tipo de realeza desenvolvida pelos Godos. A tese mais popular entre os historiadores, em especial os germânicos, é a da “realeza ducal”, desenvolvida por Walter Schlessinger nos anos 1960, que preconiza que as lideranças germânicas bárbaras advinham do controle da força, ou seja, dos chefes guerreiros que possuíam forças capazes de empreender ações bélicas (TODD, 2004: 32).

Schlessinger argumenta que, através da guerra, uma elite guerreira se formou, e graças as riquezas obtidas pela atividade militar, o botim das expedições de verão que buscavam a obtenção de metais preciosos, como prata e ouro, assim como o roubo de colheitas e alimentos de povoações vizinhas, gerou um poder econômico e social junto a esta elite que acabou por solapar a antiga estrutura das sociedades germânicas, pois direcionou os jovens para a atividade bélica, fazendo com os guerreiros mais velhos e experientes se tornassem elementos de prestígio nestas sociedades, devido a riqueza que tinham amealhado, constituindo bandos guerreiros em torno de si que geraram força

política no contexto das migrações germânicas, entre os séculos III e VI (LINE, 2007:21).

Com o desenvolvimento da teoria da realeza sacra, muito popular por causa da forte influência da historiografia francesa na Europa, contestações foram feitas às teses de Schlessinger, e, em especial no caso dos Godos, com P.W.A. Immink, articulando a ideia de que a realeza gótica teria um pilar no campo religioso, no qual as linhagens régias seriam descendentes dos deuses do antigo panteão germânico. Entretanto, Immink não nega o papel da força na afirmação do poder régio (VALVERDE CASTRO, 2000:20).

Tal divergência entre os dois historiadores deu-se pela interpretação que cada um deles tinha de Tácito, fonte preciosa para o estudo dos povos germânicos na Antiguidade, que dividiu as figuras de proeminência nas tribos em “*rex*” e “*dux*”. O primeiro era eleito pela tribo e possuía funções sacrais, enquanto o segundo estava ligado apenas a esfera militar (TODD, 2004:31-3).

Uma conformação teórica sobre o nascimento da realeza entre os visigodos pode ser encontrada nos estudos de Maria Díaz Valverde Castro (VALVERDE CASTRO, 2000), baseada em um referencial ligado a Schlessinger, baseada na longa discussão travada entre as historiografias europeias sobre a questão desde os anos 1960.

Para ela, o rei gótico surge no processo da migração, entre 376 e 418. Este rei tinha uma natureza primeira, primitiva: ser o condutor da guerra, quando as circunstâncias exigiam um comando único do povo em armas. Tal encargo cessava com o final do conflito (VALVERDE CASTRO, 2000:20).

Os estudos posteriores sobre os Godos acabaram por fazer a tese de Schlessinger ganhar força, uma vez que era muito difícil comprovar a presença de componentes

sagrados na construção da figura régia entre estes, ao inverso da realeza militar, como afirmou Thomas Burns sobre a figura de Alarico (BURNS, 1994: 176-7).

O ingresso dos Godos no território imperial produz grandes mudanças na sociedade e em todos os aspectos de sua vida. O político não ficaria de fora, pois com a dissolução da antiga ordem tribal, transformam-se também as formas de manifestação da vida política entre os Godos. O rei, líder militar no período pré Segunda Guerra Gótica (376-382), tem seu papel completamente reformulado entre 382 e 395, quando é aclamado Alarico como Rei dos Visigodos. Inclusive a forma de apontamento do rei, em uma eleição realizada por toda a tribo, muda neste período. Diminuem-se os eleitores do processo, que passam dos homens livres da tribo a um pequeno grupo da nobreza tribal, criando-se no seio da sociedade gótica uma nova ordem, que podemos caracterizar como aristocrática ou “oligárquica” (COLLIVA, 1986:778).

Mas esta realeza militar, que passa a se tornar uma nova realeza, com isto, superando seu caráter bélico originário, ainda é frágil e passa por uma fase de consolidação entre os anos de 395 e 418. A nosso ver, a criação de estirpes régias como os Amali e os Balthi podem ser uma das respostas a tal desafio. A tomada de atribuições diversas que não seriam pertencentes ao campo militar é outra.

A chave para esta tomada de atribuições por parte da realeza se encontra justamente na entrada em território romano, na qual a presença do Estado imperial e suas políticas no tocante aos Godos estimularão a transformação desta sociedade, impulsionando o processo de transformação da realeza. Esta transformação encontra sintonia com os apontamentos feitos por nós em parte anterior do texto, com base na teoria de Valeri sobre a realeza.

Cabe lembrar que Roma desejar escolher quem seria aquele que dirigiria os Godos não é algo anormal dentro da política imperial, especialmente no Baixo Império,

quando as guerras já tinham se tornado combates pela defesa e manutenção do território imperial, e uma das formas de se defender era exatamente conquistando lideranças bárbaras da fronteira com diversas ferramentas diplomáticas: dignidades romanas, postos no Exército Imperial, alianças contra os inimigos e, claro, ouro e tributos que garantiam uma fonte de renda suficiente para manter uma tribo aliada ao Império por anos ou mesmo décadas (BURNS, 1994:148-182). Como exemplos, citamos a nomeação do Rei Valia para lutar sob o mandato imperial na Hispânia e trazê-la de volta a esfera do Império (Or. VII, 43.13)

Em um curto período de tempo, entre 385 e 400, príncipes ligados a antiga ordem tribal, e que não tinham perdido ou status no turbilhão da migração e guerra, lutaram pela primazia do poder político sobre os Godos, e podemos destacar alguns destes, que representaram diferentes visões de como se relacionar com o Império.

É importante frisar que esta luta por poder não se trata da luta por um reino formado, ou seja, não há uma base física territorial para este rei que surge e busca se consolidar entre os Visigodos. É um reinado sobre um povo que vaga dentro do Império Romano, e que precisa garantir sua sobrevivência.

Tais príncipes falharam enquanto Alarico triunfou, sendo aclamado rei em 395 (Jord Get. 146). A figura de Alarico representa algo totalmente novo dentro da política gótica, pois, ao contrário dos exemplos citados, Alarico sempre conseguiu manter uma postura “independente” de Roma. Ele soube muito bem aproveitar as intrigas e dissensões existentes entre as cortes imperiais do Ocidente e do Oriente. Graças a elas e sua instabilidade, em diversos momentos Alarico conseguiu a sua própria sobrevivência (Or. VII, 37.2).

A elevação de Alarico a dignidade régia não significou em nenhum momento, por mais incrível que pareça, um desafio à autoridade imperial, e do contrário, parece

mesmo tê-la reforçado, ao menos entre os Visigodos, a nosso ver, embora Orósio busque relatar o título régio de Alarico como um desafio ao poder imperial (Or. VII, 37.17). Dessa maneira, Alarico é um rei, submetido ao Imperador romano, mas com uma relação bem difícil, caracterizada por alianças e rebeliões.

Tal habilidade política pode servir como forma de legitimação? Se examinarmos o contexto dos Visigodos em 395, é bem possível que possamos afirmar isto, vendo as situações pelas quais aquele povo teve de passar em sua migração. Mas tal habilidade só é suficiente para servir como legitimação aos olhos do povo, uma vez que entre os nobres, que possuíam certa independência para decidir o seu destino bem como o de seus grupos, é difícil ver que seguiriam Alarico apenas por isso.

Mais certo, no caso da nobreza, é que tenham seguido e legitimado a dignidade régia de Alarico por uma simples razão: manutenção de seu próprio poder. Uma vez que aquele elevado a Rei é um nobre, a nobreza possivelmente viu um papel de sustentação para si, e que poderia servir como maneira de assegurar seu poder e status dentro da sociedade gótica, pois o Rei recebia os tributos de Roma, bem como ouro e outras riquezas, cabendo a ele distribuir tais coisas (Jord. Get. 146).

A conformação teórica sobre o processo de nascimento da realeza é o foco deste capítulo. Buscamos fazer aqui reflexões sobre os modelos teóricos que enquadrariam tal processo, de maneira a poder compreender a seqüência cronológica dos fatos que foram decisivos para a ascensão dos reis visigodos.

As dinâmicas militares, políticas, econômicas e sociais que os Godos/Visigodos passaram ou desempenharam durante 395 e 418 também deixaram suas marcas neste processo, na qual surge uma realeza que polariza a sociedade em torno de si, tornando-se vetor da própria identidade gótica.

Esta realeza, advinda do aspecto militar, ganhará força e logo outras funções. O Rei passa a ser o centro da sociedade, e sua responsabilidade principal é garantir a sobrevivência daqueles que o seguem. Este desafio consumirá toda a energia da incipiente instituição régia, que terá de se defrontar com uma nobreza, resquício da antiga ordem tribal, e que não estava disposta a ceder facilmente sua posição e seu status.

Por meio da força, abrindo-se um caminho para além dela, Alarico, Ataulfo e Valia conseguiram vencer nesta luta. Sigerico é justamente um interregno, pois é o nobre que mata o rei para obter o poder, a dignidade régia. A ascensão de Valia com a morte de Sigerico é justamente um ponto que mostra que apesar de morte do rei, a instituição régia já tinha alcançado certo nível de consolidação, sendo capaz de suportar o trauma da fatalidade, ou seja, o regicídio.

Se com Alarico, sua morte prematura poderia ter decretado o fim da dignidade régia, com Ataulfo e Sigerico, a realeza mostra seu fortalecimento, passando a ser o objeto do desejo da nobreza que antes lutava contra sua instalação, sinal da nova ordem que surgia dentre os Visigodos, agora com Valia, senhores de uma terra que viria a se tornar o seu reino.

Segundo Capítulo

O Caminho da Dignidade Régia (376-400)

Neste capítulo buscaremos apresentar um panorama da transformação do poder régio entre os Godos, através de uma análise dos anos de 376 e 400, que consideramos decisivos para o surgimento do poder régio entre os Godos, pela sequência de fatos que encadeiam tal processo e que, segundo nossa interpretação, fornecem as condicionantes para a gênese da dignidade régia gótica que teriam permitido a Alarico, diferente de outros príncipes tribais, declarar-se Rei.

Em 376, após uma série de infrutíferas manobras, os dois ramos dos Godos, os Greuthungi e os Tervingi, são derrotados pelos Hunos e povos aliados a estes, sendo postos em fuga (Or. VII, 33.10). O líder dos Tervingi, Atanarico, recusa-se a cooperar com os Greuthungi e se refugia nos Montes Cárpatos, buscando estabelecer ali uma posição defensiva capaz de resistir aos Hunos (Am. Marc. XXXI, 3.7).

A estratégia adotada por Atanarico cobra um alto preço: sua liderança é questionada e estoura uma rebelião contra o seu poder, com grande parte do povo decidindo pedir ajuda ao Império Romano, provavelmente objetivando a intervenção imperial contra os Hunos ou a proteção contra estes (Am. Marc. XXXI, 3.8).

Este movimento é liderado, segundo Amiano Marcelino, por Alavivo (Am. Marc. XXXI, 4.1). Pode-se deduzir que deveria ser um homem de grande prestígio dentro da sociedade gótica, possivelmente um dos líderes senão um dos incitadores à rebelião. Este príncipe tribal lidera a massa de Tervingi, mas não sozinho. Surge a figura de Fritigern (Am. Marc. XXXI, 4.7), outro príncipe tribal que terá decisivo papel na guerra vindoura contra os romanos.

Fritigern lidera os Tervingi junto a Alarico, em igual status (Am. Marc. XXXI, 4.7), como relatado por Amiano. O pedido de asilo ao Império é feito e enviado para Valente, Imperador no Oriente, que estava em Antioquia, envolvido nos preparativos de operações militares contra o Império Sassânida (KULIKOWSKI, 2008:153-4).

A decisão de Valente foi aceitar o pedido dos Tervingi e acolhê-los em território imperial, cumprindo uma série de obrigações com o Estado Imperial, como fornecer recrutas (guerreiros) para o Exército Imperial bem como pagamento de impostos. Aos Godos era reservado que vivessem de acordo com seus costumes (Jord. Get. 131-3).

A entrada dos Godos no território romano marca o início da transformação da sociedade gótica, em especial quanto à sua organização política. Antes, a figura do líder estava baseada no *iudex*, àquele tempo, Atanarico, advindo da nobreza tribal dos Tervingi (Am. Marc. XXVII, 5.8-9).

O primeiro ponto do processo estudado por nossa pesquisa é a dissolução do poder do *iudex* em favor de uma nova figura que tomaria suas responsabilidades. Como já estudado no primeiro capítulo, o *iudex* tinha responsabilidades, e a função estava ligada a forma de organização política tradicional entre os povos germânicos.

2.1 – A Queda de Atanarico e o Fim do Ofício de *Iudex*

Ao cruzar o Danúbio, os Godos que entravam no Império deixaram para trás não somente propriedades, bens ou mesmo parentes que foram incapazes de realizar a travessia, mas também um conjunto de tradições e mesmo muito de sua compreensão de mundo. Neste movimento, a figura do *iudex* não ficou para trás porque o detentor,

Atanarico ficou, mas também porque tal figura não seria mais usada pelos Godos agora sujeitos ao poder imperial.

Para que se entenda o porquê deste “abandono”, devemos entender como funcionava a dignidade do *iudex* e como seu ofício se diferencia da figura régia que irá surgir entre 395 e 418.

Desta maneira, alguns questionamentos são necessários para que se compreenda como esta primeira parte do processo ocorreu, pois em nossa interpretação, somente com a eliminação da figura do *iudex* do horizonte político da sociedade gótica pode fornecer o vácuo no espectro político gótico de um ofício ou função, de uma dignidade que seria preenchida pela figura régia.

Atanarico não foi abandonado por seu um “mau” *iudex*. Ele já havia provado sua liderança e capacidade guerreiras em uma guerra anterior contra os romanos (367-369), na qual, através de uma campanha de desgaste, impediu a vitória imperial, forçando o Imperador Valente a assinar um tratado em condições não tão satisfatórias para o Império (Am. Marc. XXVII, 5.1-9).

Portanto, Atanarico não pode ter sido deixado pela massa dos Tervingi em função de dúvidas sobre sua capacidade militar. Seu poder estava atrelado a terra, na medida do território ocupado pelos Tervingi, não podendo dela sair em nenhum caso sob pena de perder seu ofício. Este terra, a *Gothia* das fontes latinas (Jord. Get. 67) ou, como denominada pelos Godos cristianizados, a *Gutthiuda* (WOLFRAM, 1988:91-6). A defesa deste território era responsabilidade de Atanarico, a qual não se furtou.

Para entendermos como funcionava o ofício de *iudex* na sociedade gótica é preciso entender como esta se estruturava na *Gutthiuda*. O estamento político dividia-se em vários “povos”, subdivisões tribais dos Tervingi, que formavam uma confederação em momentos importantes, especialmente em caso de ameaça ou guerra (Am. Marc.

XXXI, 3.8). O termo gótico para estas subdivisões é *kunja* (*kuni* no singular) (WOLFRAM, 1988:94), grupos liderados pelos *reiks*, os chefes ou, em alguns casos, príncipes tribais, dependendo do tamanho do *kuni*.

Uma espécie de conselho, uma assembléia, se reunia periodicamente para definir os rumos da *Gutthiuda*, sendo composto pelos *reiks*, elementos ligados à nobreza tribal, os *mainstans*, e os anciãos, os *sinistans*, que representavam fontes do conhecimento, em especial o antigo direito germânico e atuavam como guardiões da tradição (WOLFRAM, 1988:94-5). Este conselho era o responsável pela eleição do *iudex*, quando se via a necessidade para tal, principalmente em caso de ameaças externas ou mesmo internas.

O termo gótico para o *iudex* variava. Em alguns casos foi denominado *kindins*, mas também foi chamado por muitas vezes de *ragineis*, palavra que significa “conselheiro”. Não era um rei pleno de poder, o *thiundans*, palavra muitas vezes utilizada para descrever o Imperador romano (WOLFRAM, 1988:94).

Sabemos que Atanarico já desempenhava este ofício há algum tempo. Ele tinha se defendido dos ataques romanos durante o conflito de 367-369 contra Valente em retribuição a ajuda que os Godos tinham dado a Procópio, usurpador derrotado pelo Imperador (Am. Marc. XXVII 5.1-9).

Em 376, o que causou a corrosão de sua autoridade e mais, a eliminação da figura do *iudex* da sociedade gótica? A natureza limitada de seu poder seria uma resposta se imediatamente após a queda de Atanarico se testemunhasse o surgimento de um regente ou mesmo Rei entre os Godos, coisa que não ocorreu.

Concordamos parcialmente com Peter Heather que a invasão dos Hunos em 376 foi decisiva para eliminação da figura do *iudex* pela forma como Atanarico lidou com a crise posta diante dos Tervingi (HEATHER, 1991:99-107), embora se deva considerar

que ele operou em campo de maneira similar a como tinha feito com os romanos anteriormente, sendo bem sucedido em preservar os Tervingi diante da força imperial.

Atanarico ainda ordenou a construção apressada de dispositivos defensivos, como paliçadas e obstáculos que pudessem deter os Hunos, que, com exceção dos que foram construídos no refúgio nas montanhas (Am. Marc. XXXI, 3.6-8).

Como referido acima, o *iudex* não era um rei e não detinha poder suficiente para impor sua vontade à sociedade. Sua autoridade era em muito advinda do apoio do conselho tribal, e cremos que nisto reside o ponto fundamental, que no momento da crise de 376, se mostrou decisivo para a falência do ofício do *iudex*: o poder não estava concentrado em suas mãos. No máximo ele estava dividido com o conselho, em especial os *reiks*, os príncipes tribais (HEATHER, 1991:101-107).

Os príncipes tribais, apesar de apoiadores do *iudex*, gozavam de certa liberdade de ação, em especial no campo militar. Um exemplo que podemos destacar trata-se do apoio de alguns príncipes à usurpação de Procópio (Am. Marc. XXVI, 10.3). Convencidos pelo usurpador que ele representava a Casa de Constantino, e valendo-se do tratado entre Constantino e os Godos de 332, o usurpador exigiu tropas, que foram enviadas pelos Godos. Lembramos aqui o já citado na introdução, de que a pesquisa não pretende fazer juízo de valor sobre as lutas pelo poder no Império Romano.

Embora Amiano em outra passagem (Am. Marc. XXXI, 3.4) culpe Atanarico por esta ação, acreditamos que o cronista o fez mais devido a questões de autoridade do que um ato deliberado, senão, como poderia ter destacado o papel dos príncipes tribais em passagem anterior? No nosso entendimento, tal acusação se dá pela incapacidade de Atanarico em controlar os príncipes tribais.

Os romanos, embora Atanarico seja retratado por Amiano como alguém cujo ofício é diferente de um Rei, tinham dificuldade para entender o ofício de *iudex* sem ser

como o de uma figura régia. E para, além disto, havia a própria “propaganda” imperial, a qual interessava retratar o Imperador lidando com reis bárbaros, e não figuras que se diferenciavam disto (HEATHER, 1991:102-3), aparentando “menor importância”. O próprio Orósio chama Atanarico de “rei dos Godos” (Or. VII, 34.6), reflexo desta visão, em especial porque ele afirma que um tratado celebrado entre Atanarico e Teodósio encerrara a Segunda Guerra Gótica (376-382).

Outro aspecto a se considerar era o fato de que, por causa de todos os conflitos em que os Tervingi tinham se envolvido recentemente, os príncipes tribais passaram a ganhar prestígio e bens, fruto das campanhas travadas. Seu próprio cortejo de guerreiros também lhe conferia certa autoridade, diferente do *iudex*, que só podia comandar forças em caso de guerra e mesmo assim, defensivamente.

Dessa maneira, os *reiks* estavam caminhando para se tornar um “rei do exército” (WOLFRAM, 1988:95), pois viviam com seu cortejo, para ele e por ele, na medida da sua liderança em campanha, e no provimento de butim. A sua importância como líderes de subdivisões tribais aumentou e em verdade, consideramos que se valendo de tal condição é que podemos entender porque o movimento encabeçado por Alavivo e Fritigern foi capaz de atrair uma massa substancial de Godos, além de suas próprias *kuni*.

Com a partida da maior parte dos Tervingi, que vieram em maioria para as fronteiras imperiais, o poder de Atanarico perdeu sustentação e seu ofício foi esvaziado. Ele somente liderava a partir daquele momento, os poucos que decidiram permanecer com ele e que não seguiram Fritigern e Alavivo.

Este movimento foi o ponto final da erosão na autoridade do Atanarico, e conseqüentemente, do ofício de *iudex*, que desapareceu. Os Tervingi que adentraram o território imperial estavam sendo liderados por Fritigern e Alavivo, dois príncipes

tribais.

O ofício de *iudex* tinha encontrado seu fim. Ele desapareceu justamente por não conseguir manter o elemento que era, talvez, o mais importante sob sua responsabilidade: a manutenção da unidade tribal, a coesão dos Tervingi (HEATHER, 1991:107). A falha de Atanarico pode ter alertado os Tervingi sobre o perigo da divisão do povo e seu posterior desaparecimento, sendo absorvido pelos Hunos ou mesmo dizimado. Somente com isto em mente podemos entender porque os Tervingi decidiram abandonar a *Gutthiuda* e decidido pedir asilo ao Império Romano (WOLFRAM, 1988: 97).

2.2 – A Segunda Guerra Gótica (376-382) e o Vácuo de Poder entre os Godos (382-391)

O povo em migração acabou por adquirir muitas das características de um exército em marcha (WOLFRAM, 1988:96-7). A migração provocou tal mudança. Sem ela, é bem possível que os Godos que adentravam o Império fossem assimilados e se romanizassem, se tornando cidadãos romanos comuns. Porém desde o início os Godos demonstraram pouco ou nenhum interesse em se “tornarem” romanos (HEATHER, 1991:105) especialmente no campo da cultura.

Esse processo de “militarização” do povo influenciou profundamente a transformação da política na sociedade gótica. Com o desaparecimento do *iudex*, os chefes guerreiros e príncipes tribais lutariam pela primazia no poder. O Império Romano teria um papel decisivo neste processo.

Cabe salientar que neste momento, no eclodir da guerra, os Greuthungi, liderados por dois chefes guerreiros, Alatheus e Saphrax (Am. Marc. XXXI, 3.3), cruzaram o Danúbio de maneira “ilegal”, pois seu pedido de asilo tinha sido recusado pelo Imperador (Am. Marc. XXXI, 4.12-3), muito provavelmente em face das dificuldades geradas pela admissão dos Tervingi no território imperial.

Os romanos tiveram de mobilizar uma estrutura comparável a de campanhas militares para conduzir o processo de entrada dos Tervingi, desguarnecendo partes importantes da fronteira danubiana, permitindo que Greuthungi, bem como Alanos e Hunos cruzassem o *limes* e se aliassem aos Godos que lutavam contra os romanos (Am. Marc. XXXI, 8.4).

A Segunda Guerra Gótica promoveu a entrada e acomodação dos Godos em território imperial, e a obtenção de uma posição dentro da sociedade romana, mesmo que em posição periférica. Durante a guerra, destacaram-se como líderes militares dos Godos, as figuras de Fritigern, Alatheus e Saphrax (Jord. Get. 134).

Porém, mesmo com a habilidosa condução da campanha militar contra os romanos, Fritigern não passou de ser mais que um *reiks* que possuía o comando de todo um povo, um “rei do exército” sem possuir qualquer status régio (WOLFRAM, 1988:133). Além disso, apesar da migração, muitos dos costumes da sociedade gótica da época da *Gutthiuda* não se perderam (WOLFRAM, 1988:134), especialmente após a paz de 382, quando os Godos de inimigos se transformaram em federados do Império (Jord. Get. 145).

Fritigern, Alatheus e Saphrax não testemunharam o fim da guerra. As últimas citações a eles datam de 380 (WOLFRAM, 1988:133; HEATHER, 1991:173) e não nos é esclarecido quem foram os representantes dos Godos nas negociações de paz (HEATHER, 1991:173-5).

A falta de representantes “dignos de nota” nas negociações pode ter obedecido a uma determinada série de lógicas. Para Peter Heather, o Império evitou reconhecer qualquer liderança gótica com o fim de evitar que esta obtivesse uma primazia sobre as outras, surgindo aquela que poderia ascender a um status régio, podendo efetivamente liderar o povo contra interesses imperiais (HEATHER, 1991:174-5).

A falta de lideranças reconhecidas enfraquecia os Godos e criava um “vácuo de poder” que gerava dificuldades políticas que possivelmente fomentariam uma querela fratricida entre as divisões dos novos federados imperiais. Isto pode ter sido um stratagema romano para conseguir bater por outros meios um inimigo que não foi subjugado pela força militar.

Mas, para além deste entendimento, também cremos que a própria guerra gerou um turbilhão que impediu o surgimento de uma figura que proeminência entre os Godos, tal como Atanarico o tinha sido antes. É bem possível que Fritigern, Alatheus e Saphrax tenham morrido em combate, dado o modo sócio-cultural germânico de combater, no qual o chefe guerreiro tinha de mostrar capacidade de combater, liderar a testa das forças e expor-se ao perigo (MACDOWALL, 1996:5-14).

A recusa romana em reconhecer qualquer liderança e o fato de os romanos terem deixado os Godos basicamente quase intocados dentro do Império forneceria as condições para que o vácuo de poder criado pela guerra fosse preenchido por uma nova configuração política na sociedade gótica (HEATHER, 1991:181).

O assentamento gótico pós-382 permitiu aos Godos um lugar na sociedade imperial. Muitos romanos não reconheciam os novos integrantes do Império de forma positiva. Em um momento posterior, Orósio relata que a morte dos Godos na Batalha do Rio Frigidus (5-6 de setembro de 394) é motivo para celebração, não somente pela

vitória do Imperador Teodósio sobre usurpadores, mas também pela morte de dez mil Godos em combate, “um bem” segundo ele (Or. VII, 35.19).

Mesmo que os romanos tenham deixado os Godos viverem como federados imperiais, de acordo com suas tradições e costumes, não havia como os novos habitantes do Império permanecerem isolados da conturbada política romana (WOLFRAM, 1988:135). Após serem assentados como federados, muitos Godos foram prestar serviço no Exército Imperial, e o próprio assentamento ser em região de fronteira, automaticamente implicava os Godos a responsabilidade de defesa do *limes* (Jord. Get. 145).

E o reinado de Teodósio não escapou a tal conturbação. Em 383, Magno Máximo, um general do Exército Imperial na Britânia, foi aclamado imperador por suas tropas, e seguiu para a Gália, onde enfrentou e derrotou o Imperador do Ocidente, Graciano, que fugiu para a Itália. No caminho, Graciano foi capturado e executado. O irmão de Graciano, Valentiniano II, com 12 anos de idade, foi expulso da Itália por Máximo, junto com sua mãe, a Imperatriz Justina (Or. VII, 34.9-10).

A chegada de Valentiniano e Justina no Oriente romano em 387 provoca a reação de Teodósio. Tropas são convocadas para seguir para o Ocidente, para reconduzir Valentiniano II ao trono (Jord. Get. 145). Dentre elas, diversas unidades auxiliares compostas por Godos, na vaga da reconstrução do Exército Imperial após o desastre em Adrianópolis (HEATHER, 1991:183-4).

Tais unidades possuíam experiência em combate. O inverno de 384-385 foi especialmente rigoroso, e para piorar a situação, grupos de Hunos e Alanos tentaram cruzar o *limes*, sendo repelidos pelos Godos federados. Em 386, sob o comando do general Promotus, os Godos “imperiais” bateram uma grande força invasora composta por elementos dos Greuthungi que não haviam cruzado as fronteiras imperiais durante a

Segunda Guerra Gótica, aliados a Hunos e Alanos. Os derrotados foram capturados e postos a serviço do Império na Ásia Menor (WOLFRAM, 1988:134-5).

Teodósio venceu Máximo com grande colaboração dos Godos. Cargas de cavalaria como a feita em Adrianópolis destruíram as forças do usurpador (WOLFRAM, 1988:136). Máximo foi capturado e executado em Aquileia em 388 (Or. VII, 35.3-5), e toda sua cúpula se rendeu ou morreu na campanha.

Os combates nos quais romanos e os Godos federados lutaram lado a lado, desde a defesa do *limes* e campanha contra a usurpação de Máximo criaram laços fortes, providenciando uma ligação entre estes que se mostrava útil nas campanhas contra os “bárbaros além da fronteira” (WOLFRAM, 1988:137).

A campanha militar contra Máximo mostra a força do processo de transformação dos Godos. Seis anos antes eram inimigos de Roma e agora, lutavam pela preservação da autoridade imperial, e esta não seria a única vez. A participação na vida política romana era a chance de diversas lideranças obterem proeminência. Servindo no Exército Imperial, chefes guerreiros e príncipes tribais obtinham riquezas e recursos que se transformavam em meios de aumentar seus cortejos de guerreiros, e conseqüentemente, o ganho de prestígio na sociedade gótica (HEATHER, 1991:189).

Neste momento, o ponto crucial para o ganho de tal prestígio foi o relacionamento com o Império, e, embora tenha contribuído para a transformação dos Godos, não criou uma nova classe na sociedade gótica. Príncipes tribais e chefes guerreiros eram os alvos da ação imperial, a um ponto que um deles se tornaria o futuro Rei (HEATHER, 1991:189-90).

Alguns desses príncipes e chefes que surgem neste momento são Gainas, Fravitta e Modares. Todos ascenderam ao generalato no Exército Imperial, e alguns até

a hierarquias maiores na política romana. Líderes de facções ou grupos tribais, que possivelmente visavam ocupar o então vácuo de poder na sociedade gótica.

Modares, um general capaz e dedicado, era ligado a Atanarico e provavelmente seu parente. O general ganhou grande destaque durante a Segunda Guerra Gótica, na qual apesar de ser godo de origem, enfrentou e bateu os Godos em diversas operações entre 380 e 382, embora nada se saiba dele após o conflito (KULIKOWSKI, 2008:177-184).

Gainas e Fravitta são dois personagens de tais opostos na sociedade gótica. O primeiro, um guerreiro, ascendeu rapidamente no Exército Imperial, alcançando o generalato pouco antes do ano 400. O segundo, um príncipe tribal, rapidamente adaptou-se ao estilo de vida romano, convertendo-se a fé pagã que parte da aristocracia imperial ainda praticava (HEATHER, 1991:189-91).

Fravitta teve uma espetacular ascensão militar, rapidamente se tornado general, e sua carreira lhe permitiu mesmo obter coisas vedadas aos Godos como casar-se com uma romana e ser eleito para o consulado no ano de 400 (KULIKOWSKI, 2008:183-4). Os dois generais cruzariam seus destinos neste ano, como demonstraremos a seguir, com consequências para o processo de formação da liderança régia gótica.

Teodósio permaneceu no Ocidente até 391, quando retornou à Constantinopla. No caminho de retorno, Teodósio e suas forças foram detidos na Macedônia, onde foram emboscadas por forças irregulares, algumas compostas por Godos, o que quase custou vida do Imperador e a destruição das tropas que marchavam com ele. (Or. VII, 35.10; ALBERTO e FURTADO, 2000:273-4).

Tal combate se deu por uma ação empreendida na retaguarda de Teodósio feita por Máximo. Prometendo benefícios caso batesse o Imperador, Máximo distribuiu somas a diversas unidades do Exército Imperial no Oriente visando desorganizar o

dispositivo militar imperial. A campanha se encerrou no início de 392, com a assunção ao comando de Estilício (HEATHER, 1991:184), personagem decisivo no relacionamento romano-gótico nos anos seguintes.

2.3 – O Fim das Antigas Lideranças e o Caminho para um “Novo Poder” (391-395)

Valentiniano II, recolocado no poder, ficou sob a tutela do general Arbogastes, governando a partir da Gália o Ocidente, embora muito independente de Teodósio. Mas a paz durou pouco: Arbogastes liderou um movimento que pôs fim a vida de Valentiniano II e nomeou Eugênio, um poeta e burocrata, como imperador (Or. VII, 35.10-1).

A morte de Valentiniano II produziu uma forte reação no Oriente. Teodósio não reconheceu a autoridade de Eugênio e Arbogastes. Os usurpadores contavam com diversos aliados na Itália, descontentes com a agressiva política cristã de Teodósio, em especial o Senado de Roma (KULIKOWSKI, 2008:189-90).

Teodósio ordenou a mobilização para a guerra, e dessa vez os Godos foram mobilizados como povo e não somente aqueles que já serviam em unidades no Exército Imperial. O único cronista a apresentar um número é Jordanes, que fala em vinte mil Godos em armas a serviço de Teodósio (Jord. Get. 145).

Embora tal número provavelmente não seja real, não devemos desconsiderar que uma força significativa foi mobilizada. A necessidade de tal ordem demonstra a força que os usurpadores possuíam sob seu comando e o exercício feito pelo Imperador para conseguir reunir tropas suficientes para a campanha.

Já citamos acima a figura de Fravitta, um príncipe gótico que se tornou general do Exército Imperial. Na mobilização para a guerra, Teodósio convidou diversas lideranças góticas para banquetear com ele, e nestas ocasiões o Imperador presenteava as lideranças, estabelecendo laços entre eles (HEATHER, 1991:188). Tal costume demonstrava uma adaptação da diplomacia romana a costumes germânicos.

A importância do banquete para a cultura germânica era ímpar (TODD, 2004:80). Teodósio, ao dividir refeições com as lideranças góticas estava construindo pontes de confiança e laços de fidelidade e dependência, reforçando sua autoridade como grande senhor frente aos chefes guerreiros e príncipes tribais góticos (HEATHER, 1991:188).

Em um desses banquetes, por volta de 392, Fravitta encontrou um velho rival seu, outro príncipe tribal, Eriulf. A rivalidade entre os dois vinha de antes da entrada dos Godos no território imperial e só se resolveu com sangue: Fravitta matou Eriulf após uma discussão na frente do próprio Teodósio (KULIKOWSKI, 2008:184).

Isto deixaria Fravitta sem rivais na luta pelo poder na sociedade gótica, porém, a morte de Eriulf custou caro. Fravitta teve de abandonar a vida “tribal” que levava e se integrar totalmente à sociedade romana. A luta entre os dois, mais do que uma diferença entre dois homens representava de certa maneira, a luta das lideranças pelo poder de ditar o destino dos Godos dentro do Império. Enquanto Eriulf chefiava uma divisão que rejeitava a cultura romana, e dela só tinha absorvido o Cristianismo, Fravitta era o líder um grupo que advogava a integração dos Godos a sociedade romana (WOLFRAM, 1988:146-7).

A saída de Fravitta representava o fim da possibilidade de formação de liderança a uma maneira romana. Mesmo sendo o godo com a carreira mais espetacular a serviço

do Império, e talvez por causa disso, ele foi incapaz de unificar as diversas divisões góticas e se tornar Rei.

Com o desaparecimento de tais figuras, o caminho para um novo homem, também nobre, surgiu. Alarico, que provavelmente se envolveu nos combates na Macedônia (WOLFRAM, 1988:138-9), tinha certa estatura e importância dentro da sociedade gótica neste momento, embora nada o distinguisse de outros príncipes tribais e chefes guerreiros.

Alarico, de certa maneira, representava o novo momento dos Godos após a entrada destes no Império. Diferente do processo de entrada ocorrido antes e durante a Segunda Guerra Gótica, quando Tervingi e Greuthungi entraram separados no território imperial e se aliaram no curso da guerra, passando por uma transformação na qual estas divisões desapareceram, dando lugar a uma nova configuração social, que abriu espaço para a formação de uma autoridade diferente das que existiram até então.

O fato de terem combatido lado a lado, vivido e sofrido juntos as agruras do conflito, além da influência material e política romana, são alguns dos fatores que produziram mudanças, em tal sociedade, das quais, em acordo com o foco de nossa pesquisa, a liderança política. Este processo de fusão encerrou não somente com a figura do *iudex*, mas também com a possibilidade das antigas lideranças ascenderem a uma autoridade que, no mínimo, se equivalesse ao *iudex* dos tempos da *Gutthiuda* (HEATHER, 1991:192).

A campanha de Teodósio contra Eugênio e Arbogastes representa um momento importante, no surgimento de novas lideranças e ocaso das antigas. O banquete também demonstra a importância que os contingentes góticos tinham para o Imperador no conflito vindouro.

Em meados de 394, Teodósio iniciou a marcha para o Ocidente. Suas forças eram compostas pelas melhores unidades que ele tinha disponíveis no Exército Imperial e tropas auxiliares, compostas por povos diversos aliados, bem como a grande força de Godos mobilizada.

Os Godos eram comandados por líderes góticos, subordinados a generais romanos. Assim, Alarico ficou sob o comando de Gainas, que apesar de ser um godo, aos olhos romanos era mais um general imperial (WOLFRAM, 1988:138).

A Batalha do Rio Frigidus ocorreu em 5 e 6 de setembro de 394, nos Alpes Julianos, com as forças de Teodósio enfrentando as de Eugênio e Arbogastes. O general do usurpador era competente, e se colocou em uma posição na qual as tropas do Oriente só podiam efetuar um ataque frontal, pela dificuldade do terreno montanhoso (Or. VII, 35.13-4). No primeiro dia, morreram milhares de Godos. Orósio nos diz que teriam sido dez mil (Or. VII, 35.19), e, embora achemos tal número de difícil comprovação, fica claro que, de qualquer maneira, os Godos sofreram pesadas baixas.

O segundo dia de batalha estava em um impasse até que um vento comum da região, o *Bora*, se fez presente. O evento ocorre quando há um desequilíbrio entre o ar quente do Mar Adriático, e o ar frio dos Alpes, gerando um vento frio cuja velocidade chega a 150 quilômetros por hora, descendo violentamente das montanhas em direção ao mar (KULIKOWSKI, 2008:190).

O surgimento deste vento no meio da batalha provou-se decisivo para as forças de Teodósio, que bateram Eugênio e Arbogastes. O evento natural foi considerado por cronistas como um milagre divino, uma vez que os usurpadores eram ligados a movimentos de restauração do paganismo no Império (Or. VII, 35.17-8), sendo que Orósio considerou a vitória de Teodósio uma vitória dos cristãos contra os pagãos (Or. VII, 35.20-2).

A batalha foi vitoriosa para Teodósio, mas terrível para o relacionamento entre o Império e os Godos. Embora tenham se mantido até a morte do Imperador, pouco tempo depois, em 17 de janeiro de 395, as lideranças góticas não suportaram o teste ao qual os Godos foram submetidos. As pesadas baixas na luta no Frigidus se refletiram na conduta que eles tomariam a seguir com o Império (WOLFRAM, 1988:138).

A sucessão de Teodósio elevou ao poder os seus dois filhos, Honório no Ocidente e Arcádio no Oriente (Or. VII, 36.1). Duas crianças, os novos imperadores sofreram com a influência de seus tutores (KULIKOWSKI, 2008:191), o general Estilício e o prefeito pretoriano Rufino (Or. VII, 37.1), respectivamente.

Estes tutores tinham diferentes projetos de poder, e isto mudaria a política das duas cortes imperiais. A oposição entre os tutores produziria quase uma forte tensão entre o Ocidente e Oriente imperiais (KULIKOWSKI, 2008:193). Os Godos teriam um importante papel neste quadro nos anos vindouros.

Os contingentes militares góticos foram dispensados e passaram a empreender a viagem de retorno as suas terras, liderados por Alarico (Or. VII, 37.2; ALBERTO e FURTADO, 2000:280). Dificuldades diversas, tais como o abastecimento de suprimentos e percepções de uma suposta “preterição” dos auxiliares em favor das unidades regulares romanas, fizeram estourar uma revolta das forças góticas nos Bálcãs (HEATHER, 1991:192-3).

Não devemos creditar esta revolta a Alarico. É bem possível que a insatisfação e o rancor já estivesse grassando nas forças góticas por causa das baixas em Frigidus, e quando os romanos negaram suprimentos para a viagem de retorno, as forças góticas tenham decidido então pilhar as regiões da Ilíria, Dalmácia e Trácia, nas quais passaram, primeiro para obter os víveres que precisavam, e depois para obtenção de

butim que não tinham conseguido na campanha contra Eugênio e Arbogastes (WOLFRAM, 1988:139).

Outro fator que também se revelaria decisivo para a eclosão da revolta seria que, com a morte de Teodósio, o Império deixou de realizar pagamentos e presentear as lideranças góticas, o que causou grande insatisfação (Jord. Get. 146). A revolta, como dito acima, não pode ser creditada a Alarico, mas ele valeu-se dela para ganhar proeminência e atingir o topo da sociedade gótica.

2.4 – Alarico, o Rei Indesejado (395-400)

Entre 395 e 400, a dinâmica social gótica assistiu o surgimento da realeza, e os inúmeros desafios enfrentados por esta tanto interna quanto externamente para obter sua consolidação no poder.

A revolta rapidamente ganhou força e Alarico uniu diversos novos adeptos, vindos das mais diversas origens, de unidades diversas do Exército Imperial e mesmo outros grupos de povos além do *limes*, que viam na rebelião uma chance de melhora de vida ou ganho de riquezas (KULIKOWSKI, 2008:192-3).

O Império após a morte de Teodósio não era mais uma conformação única politicamente. As cortes imperiais de Ravena e Constantinopla tinham interesses divergentes e mesmo opostos entre si. Isto afetava também o Exército Imperial, reunido ainda na Itália sob o comando de Estilício. O caminho de Alarico para Constantinopla estava desimpedido (HEATHER, 1991:193).

Tal querela entre as cortes imperiais oferecia valiosa oportunidade para o líder gótico, que marchou na direção de Constantinopla com o propósito de obter um reconhecimento e patente militar. As intrigas surgidas entre Estilício e Rufino

reservaram a Alarico um lugar de destaque na política, ainda que acidentalmente. Rufino, prefeito pretoriano, negociou com Alarico e lhe conferiu um comando militar: provavelmente ele foi designado *magister militum per Illyricum* (WOLFRAM, 1988:140-1).

Orósio relata indiretamente a ação de Rufino em relação aos Godos, dizendo que na busca pelo poder, ele foi responsável pela introdução de povos bárbaros no Império (Or. VII, 37.1), criticando uma manobra que ao ter sido feita por Teodósio, foi digna de elogios.

O comando militar concedia a Alarico não somente força, mas também a possibilidade de integrar-se na estrutura imperial. A partir daquele momento, era ele o responsável por zelar pela cobrança de impostos naquela província, fiscalizar o cumprimento da justiça bem como o abastecimento das tropas estacionadas. Para tal, ele recebia recursos imperiais, o que ajudou muito na consolidação de sua posição.

Estilício não deixou a manobra operada por Rufino impune. O general cruzou os Alpes com as forças combinadas do Ocidente e Oriente, visando enfrentar Alarico, que antes de se encontrar com Rufino tinha sitiado e pilhado diversas cidades da Grécia. O líder gótico estabeleceu uma posição defensiva na Tessália, esperando o combate com as forças de Estilício, que não o enfrentou. O impasse durou até Arcádio exigisse as forças do Oriente de volta, e Estilício teve de liberá-las (WOLFRAM, 1988:141).

Mas o general provavelmente não liberou as tropas sem um plano. De fato, as forças empreenderam o retorno à Constantinopla, comandadas por Gainas, que tinha servido subordinado à Estilício, portanto, possuía laços com este (KULIKOWSKI, 2008:194).

O encarniçado combate em Frigidus tinha semeado divisões no seio do Exército Imperial e Estilício não parece ter sido capaz de acabar com a questão. Essas

rivalidades teriam inviabilizado o comando das forças combinadas. Existia também a necessidade de retorno das tropas para a própria defesa do Oriente, pois o Império em fins do século IV e início do V estava sofrendo intensa pressão em quase todas as suas fronteiras (MACDOWALL, 2001:88), não podendo prescindir de quaisquer efetivos, vitais para guardar o território imperial.

Dessa maneira, ocorreu o primeiro de diversos enfrentamentos entre Alarico e Estilício, ao qual Orósio trata de maneira queixosa, versando sobre quantas vezes o líder gótico foi cercado ou mesmo batido, escapando na sequência dos acontecimentos (Or. VII, 37.2).

Alarico saiu da situação, de certa maneira, triunfante. Ele obteve a patente militar que perseguia, um comando sobre tropas, um local onde podia assentar seus seguidores e fonte de renda que reforçava e consolidava o seu poder. Aos olhos de Roma, Alarico era o líder daquele grupo de Godos que vagava em território imperial, surgido a partir de um núcleo original composto pela confederação Tervingi-Greuthungi assentada em 382, além de outros povos que passaram a viver junto aos Godos neste momento. Além disto, ele tinha sobrevivido a um cenário político romano cada vez mais confuso, no qual as figuras-chave ascendiam e caíam com grande fluidez, normalmente depostas de maneiras violentas, como assassinatos e conspirações palacianas.

Alarico havia conseguido reunir em si o conjunto de características que outros líderes antes não tinham conseguido. Sua jornada o credenciou a ser aclamado como Rei, mesmo que maneira extremamente frágil: não possuía um território seu nem mesmo um conjunto de símbolos aos quais poderia usar para representar sua autoridade.

Jordanes relata que Alarico foi aclamado ou elevado a Rei por causa de suas origens, pois seria ele membro da Casa Real dos Visigodos, os Balthi (Jord. Get. 146) –

“os corajosos”. Embora uma estirpe régia, os Balthi seriam, na visão de Jordanes, secundados pelos Amal dos Ostrogodos. Não consideramos tal informação relevante efetivamente para o processo investigado pela pesquisa, pois tal diferenciação tem um objetivo: ressaltar o caráter dos Amal. Os motivos de Jordanes sobre a suposta diferença entre as duas estirpes régias góticas estão expostos no Primeiro Capítulo.

Orósio não fala da elevação de Alarico. Em verdade, quando o líder gótico surge em seu registro, o cronista já o apresenta como o “rei Alarico” (Or. VII, 37.2), tratando dos enfrentamentos entre o Império e os Godos. O Rei dos Godos que surge da leitura de Orósio é um personagem que apesar de bárbaro, possui diversas qualidades, em especial, a religiosidade cristã (Or. VII, 37.9).

Mas devemos observar que, ao fazer com que Alarico surja em seu relato já como Rei, Orósio demonstra que, se não formalmente aceita pelos Romanos, a realeza gótica corporificada em Alarico era ao menos tolerada. Pode-se considerar que, com a proeminência atingida pelo líder gótico, os romanos viam nele um interlocutor capaz de entabular negociações e manter os Godos na esfera imperial, efetivamente implantando um controle sobre tal povo.

O retrato difuso de Alarico apresentado por Jordanes e Orósio permite que se façam algumas considerações sobre como ele exerceu seu reinado: combinando políticas de outros líderes góticos como Eriulf e Fravitta, Alarico soube ditar o passo das relações entre o Império e os Godos, variando entre posições de confronto aberto a alianças com membros da aristocracia romana (HEATHER, 1991:196).

Assim, o poder de Alarico se manifestou de tal forma, que Wolfram identifica em alguns cronistas a expressão “Godos de Alarico”, para identificar o grupo gótico que vivia no Império (WOLFRAM, 1988:145), caracterizando-os como um cortejo de súditos e seguidores.

Outro ponto que se deve levar em conta é que Jordanes relata que Alarico foi escolhido para ser Rei (Jord. Get. 146). Sua aclamação ou eleição é possivelmente a reminiscência da eleição do *iudex*, o reconhecimento de seu prestígio e capacidade, porém diferente da defunta figura do juiz, Alarico é um rei cujo poder e mandato não estão limitados.

Para Wolfram, a construção da autoridade régia entre os Godos também é um fator importante na manutenção da coesão daquele grupo, pois o Rei representaria a preservação de um núcleo de tradições e costumes góticos no processo conturbado da migração. Além disso, representaria o centro político-econômico dos Godos, através da distribuição de bens e da capacidade de fiscalizar o cumprimento da lei, fosse ela a lei romana ou o direito germânico (WOLFRAM, 1988:144-6).

Neste processo, a nobreza tribal tinha especial lugar, pois eram os principais apoiadores de Alarico e os únicos com capacidade real de contestar seu poder. Para obter a eleição, o Rei gótico contou o apoio desses nobres, tal como ele, chefes guerreiros de prestígio e poder.

Sua ascensão ao poder régio não entra em choque com o ordenamento político romano, a princípio, pois Alarico aos olhos romanos é um líder de um povo e não um pretendente a diadema imperial. Seu mandato é em parte regulado por ação imperial, inclusive, como detentor de uma patente militar.

Mesmo vitórias poderiam ser desastrosas para os Godos. O triunfo poderia produzir divisões entre eles, nos moldes do que ocorreu no pós-Adrianópolis, quando Fritigern não conseguiu manter a unidade gótica, e dois ramos surgiram, seguindo em diferentes direções. Wolfram vê a realeza gótica, personificada em Alarico e seus sucessores no contexto das migrações como um processo ligado a própria identidade gótica (WOLFRAM, 1988:145-6).

Uma tese conflitante com as ideias de Wolfram é a de Thomas Burns, que advoga um ponto de vista bastante divergente sobre a construção da realeza. Burns entende que a realeza gótica de Alarico e seus sucessores é uma manobra que visa postos na administração romana, especialmente no Exército Imperial.

Segundo esta tese, Alarico não teria sido ou se proclamado Rei antes do ano 400, após perder o comando militar romano que possuía, e valendo-se de seu prestígio, reivindicou um status régio para fins de legitimação de sua liderança e proeminência ante aos Godos. Não somente legitimar, mas através do conjunto de tradições góticas, preservar sua autoridade.

Portanto, na visão de Burns, a recente realeza gótica é nada mais que uma manobra de Alarico e seus sucessores na intrincada política romana, e estes líderes tinham como objetivo um cargo de natureza militar. Desta maneira, Alarico só é Rei, pois não possui dignidades imperiais, visto que seu espaço de atuação nos altos círculos do Império Romano estava reduzido ou era inexistente (BURNS, 1994:263 e 276-83).

A tese de Burns reduz a importância do fenômeno estudado pela pesquisa. É um contraponto necessário as teses de Wolfram. Nossa posição encontra semelhanças com o pensamento de Valverde Castro, que enxerga um termo entre as duas teses. Valverde Castro considera que, por mais interessante e inovadora que seja a tese de Burns, ao subdimensionar o fenômeno do surgimento da realeza gótica, ele na verdade observa tal fato sob o aspecto do estudo da política militar imperial, na qual Alarico seria apenas mais um rei bárbaro com quem o Império tinha laços (VALVERDE CASTRO, 2000:28).

Valverde Castro critica, tal como Heather (HEATHER, 1991:195-6), Burns no sentido em que entende que Alarico e seus sucessores viam o generalato romano com mais importância do que a dignidade régia gótica. Valverde Castro ressalta que em

nenhum momento os líderes góticos estiveram dispostos a renunciarem a realeza para assumirem cargos imperiais, mas, ao contrário, que, por serem reis, é que conseguiam ter importantes demandas atendidas pelo Império, e neste processo, reforçavam sua autoridade como reis (VALVERDE CASTRO, 2000:28-9).

A posição do Rei dos Godos neste momento era incomum. Sem base física de poder nem capacidade de arrecadar tributos, ele ficava dependente da capacidade imperial para fazê-lo, mas ao mesmo tempo, sendo um príncipe e chefe guerreiro, possuía força – elemento vital para a preservação de um Império pressionado em quase todas as suas fronteiras. A força guerreira gótica era preciosa e mesmo, ao ver os próximos passos de Alarico, quando o Império teve a chance de liquidá-lo, não o fez, justamente pela grande crise representada pela falta de manancial humano para suprir as demandas do Exército Imperial.

Tal crise empurrava as fontes de recrutamento militar imperial para províncias cada vez mais afastadas dos grandes centros, quando não para as fronteiras, na qual se recrutavam povos inteiros, muitas vezes com parca ou nenhuma identificação com o Império, mas ávidos das riquezas que o serviço militar a Roma podia oferecer (BURNS, 1994:112-47).

Neste contexto, a força que Alarico dispunha, de Godos capacitados e provados em combate era um recurso valioso demais para ser destruído nas intrigas entre as cortes do Ocidente e do Oriente. Como demonstrado na querela entre Estilício e Rufino, havia espaço para Alarico, que soube, dentro das poucas possibilidades que tinha, soube manobrar no sentido de conseguir suprir as necessidades dos Godos que o seguiam.

O comando militar na Ilíria não é o fim da carreira de Alarico. É, em verdade, o início de uma carreira de um rei de um povo “não romano” vivendo uma realidade romana.

Em 397, novamente a tensão entre as duas cortes atinge um ponto de ebulição. Estilício, após passar o ano de 396 recuperando a capacidade defensiva do *limes* do Reno (HEATHER, 1991:202). Tais ações se estenderam até o início de 397. Com o *limes* estabilizado, Estilício planejou uma invasão visando, provavelmente, submeter Alarico.

Após a queda de Rufino, quem dominou o poder na corte em Constantinopla foi o eunuco Eutrópio, camarista-geral de Arcádio, portanto, dotado de acesso direto ao Imperador Arcádio. Eutrópio cooperou brevemente com Estilício, mas apenas enquanto fortalecia sua posição nas intrigas palacianas e eliminava oponentes (KULIKOWSKI, 2008:194).

Ao fortalecer sua posição, Eutrópio demonstrou que não manteria a cooperação com Estilício, e este, poderia também estar lançando a invasão da Grécia como uma ação não somente visando Alarico e os Godos mas, também para desestabilizar o Oriente e obter primazia sobre este.

Alarico a este tempo se encontrava em território da moderna Grécia, numa confusa situação na qual a diocese da Ilíria tinha sido devolvida ao Ocidente por Eutrópio, quando ainda estava cooperando com Estilício. Tal evento teve funestas consequências para os Godos, pois cessaram os pagamentos e suprimentos imperiais. Sem eles e sem autoridade legalmente constituída, Alarico tinha de fazer algo para poder manter seus seguidores.

Os Godos adentraram a Grécia e passaram a exigir tributos de diversas cidades, sendo que as que não aceitavam pagar eram sitiadas e pilhadas. Os campos também sofreram, uma vez que os Godos cobraram tributos em gêneros alimentícios, e sua presença inibia a agricultura, pois os que trabalhavam no campo se refugiavam em áreas

seguras, deixando de produzir, ou, em alguns casos, terras foram queimadas para que nada fosse deixado para os Godos (HEATHER, 1991:202-3).

Estilicão realizou um desembarque anfíbio na Grécia e iniciou uma série de operações militares visando isolar os Godos, mas Alarico recuou para a região do Épiro, montanhosa, dificultando a ação do general romano. Um impasse se seguiu, no qual Estilicão não tinha forças suficientes para combater Alarico nas montanhas e os Godos não visavam travar combate com as forças ocidentais.

O impasse deu tempo suficiente para a reação da corte oriental. Eutrópio tinha duas opções: ou sancionava a ação de Estilicão, e com isso corria o risco de enfraquecer seu poder, ou usava Alarico como trunfo contra o general ocidental, tal como Rufino havia feito. Ele convenceu Arcádio a declarar Estilicão “*hostis publicus*”, transformando-o em um inimigo público no Oriente e abriu negociações com Alarico (KULIKOWSKI, 2008:194-5).

A manobra de Eutrópio forçou Estilicão a se retirar para a Itália e Alarico conseguiu escapar a armadilha mais uma vez por circunstância da política romana. Não é toa que Orósio lamenta a capacidade de sobrevivência de Alarico às crises (Or. VII, 37.2), mas esquece de relatar que esta capacidade se dava pela dinâmica da política romana do momento.

Para diversos autores, como Burns, Kulikowski e Heather, foi Eutrópio e não Rufino que concedeu o posto de *magister militum per Illyricum* a Alarico em 397. As divergências entre os autores sobre quando Alarico recebeu o comando militar na Ilíria não são o foco da pesquisa e acima já discorremos sobre como este comando acabou por fortalecer a realeza gótica.

Eutrópio aumentou seu poder e atingiu o consulado. Porém sua brutalidade no governo gerou muitos inimigos em uma época na qual as intrigas palacianas grassavam

e diferentes facções se digladiavam pelo poder na corte em Constantinopla. Eutrópio tinha uma posição polêmica na controvérsia religiosa que dominava o Oriente, e isto lhe custou muitos apoios (KULIKOWSKI, 2008:196).

O ano de 399 observou a ascensão e queda de Eutrópio. Elegeu-se Cônsul, mas antes do fim do ano, uma crise o derrubou. O cônsul foi derrubado num episódio parecido com o que se valeu para frustrar Estilício em 397.

Diversos generais do Exército Imperial no Oriente eram Godos que tinham sido aceitos após o tratado de 382 ou que haviam deixado a vida tribal por volta dos anos da Segunda Guerra Gótica para servir ao Império. Gainas, citado anteriormente, era um destes. Tribigild, outro.

A manobra de Eutrópio em conceder a Alarico um comando militar ou reconhecer seu status em um primeiro momento foi um movimento que enfraqueceu Estilício, mas acabou por solapar seu próprio poder. Tribigild, desejando o generalato romano nos mesmos moldes que Alarico, iniciou uma rebelião na Ásia Menor em 399 e por influência de Gainas, a corte oriental decidiu negociar com o revoltoso após a derrota de uma expedição imperial que visava subjugar-lo.

Gainas, que havia passado por um período de ostracismo político com um comando militar de menor importância após ter derrubado Rufino, assassinando-o (BURNS, 1994:150-3), recebeu o comando das forças encarregadas de pôr termo à rebelião de Tribigild. O veterano general, astucioso, decidiu-se por negociar com o revoltoso (KULIKOWSKI, 2008:196-7).

Gainas mudou de lado, rebelando-se contra a corte imperial, e juntando forças com Tribigild, marchou para Constantinopla, de modo a derrubar o governo de Eutrópio, o que rapidamente se seguiu. O antigo camarista-geral do Imperador e agora cônsul foi exilado e depois executado (KULIKOWSKI, 2008:197).

O caminho de Gainas estava livre, ainda mais que Tribigild morreu em combate na Trácia contra forças imperiais. Ele ocupou Constantinopla, apenas para acabar criando a situação que se desencadeou em uma revolta popular. O governo e a política eram artes complicadas demais para o general gótico a serviço do Império, que tentou administrar a situação como se comandasse uma unidade. A falha juntou-se a boatos de naturezas diversas, que fizeram com a população se revoltasse e atacasse as tropas de Gainas (WOLFRAM, 1988:149).

O general tentou retirar suas tropas da cidade, mas a retirada se desorganizou completamente, e a população começou a executar os soldados fugitivos, especialmente os de origem gótica, que compunham grande parte das forças de Gainas. A perseguição rapidamente se tornou um movimento anti-gótico, e Godos foram mortos de diversas maneiras, inclusive a mando do Imperador Arcádio (WOLFRAM, 1988:149).

Gainas tentou retornar à Ásia Menor, mas foi detido por outro general romano de origem gótica: Fravitta. Sem saída, Gainas fugiu para a Trácia e dali para o além *limes*, no qual, tentando reunir forças com remanescentes dos Godos que ainda viviam ali bem como outros povos, sendo interceptado e morto pelo líder huno Uldin em dezembro de 400. O líder huno enviou a cabeça do general para Constantinopla em janeiro de 401 (WOLFRAM, 1988:150).

A morte de Gainas e o fim da rebelião tiveram dois importantes impactos: primeiro, o fim da animosidade por hora entre Godos e Hunos. E depois, a quebra da relação entre Constantinopla e os Godos. A política gótica do Oriente morreu junto com Gainas, gerando um sério problema para Alarico (WOLFRAM, 1988:150).

A revolta de Tribigild, e posteriormente, Gainas, a princípio, parece fora do escopo de nossa pesquisa. Porém, o desenrolar de tal crise serve para mostrar que existiam várias figuras de proeminência entre os Godos e não somente Alarico que

operavam no interior da política imperial, sendo capazes de abalar o Império na busca de seus objetivos políticos. Com certeza Gainas não visava se tornar Imperador, mas apenas atingir uma posição melhor dentro da hierarquia imperial.

Sem a habilidade que Alarico dispunha, os dois acabaram tendo um violento fim no turbilhão que eles próprios haviam iniciado. Tribigild e Gainas eram chefes guerreiros e não mais do que isso. Não possuíam o traquejo nem a capacidade para governar e conduzir um povo. Suas decisões se caracterizaram pelo imediatismo e pela força, requisitos comuns aos chefes guerreiros germânicos, sem possuírem uma visão de longo prazo.

A revolta terminou com a política gótica do Oriente, como dito acima. Alarico parou de receber pagamentos e foi destituído de qualquer posto ou reconhecimento imperial que possuía. Com a assunção de Cesário, novo prefeito pretoriano, o Rei gótico percebeu que não havia espaço para negociação, já este era uma das principais figuras da “facção anti-gótica” da corte oriental (KULIKOWSKI, 2008:197).

O massacre de Godos em meio à revolta de Gainas também foi outra razão que tenha influenciado a decisão de Alarico em seguir para o Ocidente e tentar melhor sorte com a corte imperial em Ravena. Cesário estabilizou a política e a situação em Constantinopla e a nova administração não contava com os Godos, considerados independentes “demais” e com força relativa capaz de desestabilizar a região (HEATHER, 1991:207-8).

Alarico, sem saída, marchou para a Itália no outono de 401. Jordanes relata que Alarico consultou os nobres e seguiu para obter uma terra para os Godos (Jord. Get. 147). O relato serve para demonstrar a posição de Alarico. Como Rei, era líder de seu povo, mas não poderia sozinho tomar decisões sobre o destino dos Godos. Ainda cabia consultar a assembléia de nobres que provavelmente foi quem o elegeu Rei.

Ao adentrar a Itália, Alarico e Godos iriam vivenciar pólos distintos de sua relação com o Império. Do conflito a cooperação, o Rei gótico enfrentava agora um difícil teste a nascente dignidade régia.

Terceiro Capítulo

A Dignidade Real Desejada (400-418)

O foco deste capítulo é a consolidação da realeza entre os Godos durante os reinados de Alarico I, Ataulfo, Sigerico e Valia. Entre 400 e 418, a migração empreendida pelos Godos passa pela Ilíria, Itália, Hispânia e Gália, na qual os Godos se estabelecem em um assentamento imperial que vai dar lugar ao futuro Reino Visigodo de Toulouse.

Em novembro de 401, Alarico e os Godos entraram na Itália, cruzando os Alpes Julianos, detendo-se ao sopé destes (Jord. Get. 147). Alarico pode ter se detido ali visando negociar com o Império. Após o inverno, que dificulta ou inviabiliza as operações militares, na primavera de 402, os Godos seguiram para Milão, visando sitiá-la cidade, que servia de residência imperial por diversas vezes.

A chegada dos Godos até as rotas que levavam a Ravena, a capital imperial no Ocidente (Jord. Get. 147-9), e a rápida transposição do Rio Pó, que domina o Norte da Itália (Jord. Get. 150-1) trouxe pânico a população e a corte. As muralhas de Roma foram reforçadas e foi cogitada a possibilidade de evacuar o Imperador e o governo para a Gália, mas Estilício convenceu Honório a ficar, ciente da excelente posição defensiva que Ravena ocupava (WOLFRAM, 1988:151).

Em março de 402, Estilício forçou a passagem pelos Alpes, e conseguiu chegar a tempo de impedir Alarico de capturar Milão. Os Godos recuaram e Estilício seguiu em perseguição até Polência, onde se desenrolou um combate durante a Páscoa. Orósio relata o combate, fazendo elogios à conduta cristã de Alarico e lamentando o ataque de Estilício (Or. VII, 37.2), dizendo que apesar de vencer a batalha, os romanos

acabaram vencidos depois. Orósio tem em mente as vindouras ações realizadas pelos bárbaros em território romano, vendo-as como punição divina (Or. VII, 37.3).

Derrotados no combate em Polência, os Godos seguiram para fora da Itália, mas antes de saírem, foram atacados novamente em Verona por Estilício, em meados de julho-agosto de 402. Diferente de Polência, onde Alarico perdeu o butim, a esposa e os filhos, embora tenha batido o alano Saul em campo, as perdas materiais em Verona foram pequenas, mas as humanas custosas (Or. VII, 37.2-3).

Estilício bloqueou as rotas de fuga dos Godos, e com ataques de Alanos federados, fez com que os Godos se reunissem em um campo fortificado. O impasse favoreceu os romanos, já que a fome, peste e deserções grassaram no campo fortificado gótico, deixando Alarico em difícil situação (WOLFRAM, 1988:152-3).

Entretanto, neste episódio é possível mensurar a capacidade da realeza de Alarico. Em situação desfavorável, o Rei gótico conseguiu manter o povo coeso, e as deserções que se seguiram foram basicamente de chefes guerreiros descontentes com Alarico, mas sem capacidade de derrubá-lo e obterem a realeza para si, como no caso de Saro, uma figura importante para entendermos a disputa pela dignidade régia entre os Godos (WOLFRAM, 1988, 152).

Derrotados, os Godos se retiraram para os Bálcãs. Estilício não possuía capacidade para destruir a força militar gótica ou então não o desejava, cioso de usá-la a seu favor. Entre 402 e 405, pouco se sabe o que ocorreu com Alarico e os Godos, pois as fontes não nos legam informações, se concentrando nos eventos ocorridos na Itália, em especial a invasão empreendida pelo Rei Radagaiso em 405, identificado por Orósio como um pagão e cita, que lideraria uma federação tribal composta majoritariamente de Godos (Or. VII, 37.4-5).

Considerando a possibilidade de que Alarico foi poupado por Estilício pelo interesse deste na força militar gótica, é possível que ao adentrar nos Bálcãs, passando pelas províncias da Panônia e Dalmácia, o Rei gótico tenha recebido uma dignidade imperial. Talvez novamente foi ordenado *magister militum per Illyricum*, dessa vez pela corte ocidental, ou então, como defende Burns, *comes rei militaris per Illyricum* (BURNS, 1994:215).

Para Burns, Alarico recebeu o título de *comes* com a possibilidade de obter a posto de *magister militum* em uma invasão ao Oriente que seria empreendida por Estilício. Só que a invasão de Radagaiso colocou os planos de Estilício em espera, e depois, o grande cruzamento do Reno congelado em 31 de Dezembro de 406 por uma coalizão de povos germânicos acabaram com os planos do general romano (BURNS, 1994:201-15).

Em uma rápida sequência de ações, Radagaiso foi derrotado, capturado e executado (Or. VII, 37.4-15), e o não envolvimento de Alarico sinaliza durante as operações pode indicar alguns fatores como a distância que ele teria de marchar com os Godos para ir a socorro a Estilício, a velocidade da invasão de Radagaiso, e os efetivos envolvidos. Parte dos efetivos que serviam ao rei bárbaro foram recrutados por Estilício (BURNS, 1994:197-8).

Alarico não estar presente também era importante para Estilício, pois o Rei gótico poderia obter a simpatia e a lealdade dos seguidores de Radagaiso e fortalecer sua posição.

O cruzamento do Reno por povos germânicos em 406 também teve consequências devastadoras para o Império e conseqüentemente, para os Godos. Em um primeiro momento, as forças romanas conseguiram resistir, mas a falta de reforços e escassez de efetivos cobraram o preço: Alanos, Vândalos e Suevos empreenderam uma

série de razias e pilhagens pela Gália, o que gerou sério problema para a Britânia, que ficou isolada do resto do Império. Estouraram diversas usurpações, todas de generais romanos que serviam nas ilhas, até que a de Constantino foi bem sucedida (Or. VII, 40.4). É importante falar de Constantino, pois sua aparição muda o panorama da política imperial e a visão da corte ocidental sobre o papel dos Godos.

A usurpação rapidamente se espalhou pela Gália e Hispânia. Com a crise de Radagaiso resolvida na Itália, Estilício preparou forças para enviar a Gália. Alarico deveria ser uma dessas forças, e Orósio relata que Estilício teria concluído um pacto secreto com o Rei gótico após as batalhas em Polência e Verona (Or. VII, 38.2) no qual os Godos permaneceriam como “reserva” do general romano para seus próprios objetivos políticos.

Só que, para Alarico, a situação deveria ser difícil. Tanto a Ilíria quanto a Grécia estavam sendo atacadas desde 390, e repetidamente as terras foram saqueadas, de modo que não podiam oferecer muito, e ele precisava atender as necessidades de seus seguidores. No quadro da escassez de recursos, o Ocidente tinha riquezas que Oriente não poderia oferecer mais para os Godos (KULIKOWSKI, 2008:200).

Alarico marchou novamente para a Itália e preparou-se para pressionar a corte ocidental. Estacionou suas forças em Nórico, garantindo o controle de parte das vias de acesso à Itália, tendo capacidade de invadi-la rapidamente (Jord. Get. 148). Negociações passaram a tomar parte na corte em Ravena e no Senado imperial em Roma (Jord. Get. 150-2), enquanto forças romanas, comandadas por Saro eram derrotadas por Constantino na Gália (BURNS, 1994: 214).

A ameaça do usurpador sobre a Itália era cada vez maior, e Estilício decidiu pressionar o Senado e a corte para que aceitassem os pedidos de Alarico, especialmente o pagamento de quatro mil libras de ouro. As gestões de Estilício causaram muitos

ressentimentos e fortaleceram a posição de seus opositores, abrindo o caminho para um golpe (HEATHER, 1991:213).

O ato final de Estilicão no poder se dá com a morte do Imperador Arcádio no Oriente, em maio de 408. O Imperador Honório desejava ir, tal como o general, e isto aumentou a divisão entre os dois. Abriu-se o caminho para os conspiradores contarem com a graça imperial contra Estilicão.

Em Ticinum, ponto de reunião das forças imperiais que seguiriam rumo à Gália para combater Constantino, na presença de Honório, uma conspiração liderada por Olímpio, um burocrata que servia diretamente ao Imperador, no dia 13 de agosto eliminou muitos dos apoiadores de Estilicão na corte, bem como muitos militares ligados a ele (BURNS, 1994:217).

Estilicão não havia chegado à cidade e escapou da ação, mas não teve melhor sorte. Foi preso e executado em 22 de agosto de 408. A conspiração justificou a ação pela proteção do Estado e do Imperador contra um movimento liderado pelo general que visava derrubá-lo e colocar no lugar o filho Euquério (BURNS, 1994:217-8).

A morte de Estilicão também demonstra o tratamento diverso que as fontes do período o legaram. Orósio o identifica como “covarde” e apóia a conspiração de Olímpio, sem citá-lo, dizendo que o próprio Exército tinha se indignado com aquilo que ele denominou como “grandes crimes” e por isto Estilicão foi morto (Or. VII, 38.1-5).

A morte de Estilicão é um episódio que merece atenção na pesquisa, pois, segundo Orósio, Estilicão teria feito um pacto secreto com Alarico (Or. VII, 38.2), algo que já citamos acima. Mas Burns faz uma reflexão que cabe atentar: se o general romano tinha realmente um trato com Alarico, por que enviou seu filho ou este fugiu para a mãe em Roma e não para o Rei gótico? Alarico talvez fosse o único que poderia apoiar uma pretensão de Euquério à púrpura (BURNS, 1994:219).

Os relatos da conspiração são claros quanto à ausência de bárbaros, e o único personagem que poderia ser chamado assim era o general Saro, um dos Godos descontentes com Alarico que havia mudado de lado e entrado no serviço imperial. Saro foi responsável por eliminar os hunos que serviam como guardas de Estilício, posicionando-se a favor da conspiração de Olímpio. De fato, ele mesmo já devia estar agindo sob as ordens do secretário imperial em troca da própria sobrevivência política (BURNS, 1994:218) Para Wolfram, Saro fez tal ato na esperança de se tornar o sucessor de Estilício (WOLFRAM, 1988:154).

A consequência da morte de Estilício foi libertar um “furor anti-bárbaro” na Itália sem precedentes. Especialmente dirigida contra os Godos que estavam servindo ao Império, e cujas famílias tinham sido acolhidas em cidades italianas, uma perseguição que acabou por massacrar milhares de famílias góticas bem como soldados de origem bárbara (HEATHER, 1991:213).

Alarico, acampado no norte da Itália, estava à uma distância segura dos acontecimentos, e a morte de Estilício trouxe para ele um efeito positivo. Milhares de soldados romanos, fugindo da perseguição que tomou conta da Itália viram no Rei gótico a possibilidade de salvação. Os números variam, mas entendemos que o cálculo de Heather de dez mil soldados que serviam à Estilício e se aliaram a Alarico é bem razoável face os números registrados por algumas fontes, que estipulam de 30 a 40 mil homens (HEATHER, 1991:213-4).

O Rei gótico se encontrava em negociações com a corte imperial, e por isto provavelmente nada fez quando da morte de Estilício. Alarico visava obter novamente um posto militar imperial e ao que parece era voluntário para enfrentar Constantino na Gália. Sua posição no norte da Itália era estratégica: dali ele poderia seguir para a Gália ou adentrar a península.

Mas com Estilício também parece ter desaparecido a vontade da corte imperial em negociar com o Rei gótico, e Honório ao invés de conceder os pedidos dos Godos, negou tudo, mesmo quando Alarico colocou as propostas em termos razoáveis, voluntariando-se inclusive para ocupar e defender a Panônia (WOLFRAM, 1988:154-5).

Honório decidiu reconhecer Constantino como Constantino III, encerrando qualquer chance de negociação com Alarico, que ao perceber a mudança de tom na política imperial em relação aos Godos, e as preparações de Honório para a guerra, ordenou a Ataulfo, seu parente que marchasse da Panônia em direção a Itália, para se agrupar a ele (HEATHER, 1991:215).

Alarico não esperou por Ataulfo, decidindo-se por um movimento ambicioso: sitiar Roma. Em outubro de 408 se iniciou o primeiro cerco à cidade. Alarico ainda empreenderia outros e a usaria como moeda de troca nas negociações com o Império. Orósio simplesmente ignora os três cercos de Alarico, tornando-os um, e deturpa a cronologia com o fim de mostrar que Roma foi cercada e posteriormente saqueada como maneira de culpar Estilício (ALBERTO e FURTADO, 2000:282).

Durante o inverno de 408-9, Alarico sitiou Roma, criando uma situação complicada para o Imperador Honório, forçado a mesa de negociações pela manobra do Rei gótico. As negociações ocorreram entre um grupo de notáveis saídos de Roma, autorizados por Alarico, e representantes imperiais delegados por Olímpio. As exigências do Rei gótico eram ouro, grãos e um posto militar imperial. Kulikowski aponta que Alarico queria ser ordenado *magister utriusque militiae*, o comando da Infantaria e da Cavalaria do Exército Imperial (KULIKOWSKI, 2008:202). Este posto embora não estivesse de todo formalizado, era “ocupado” por Estilício, que apesar de

ser o *magister militum* do Ocidente, concentrava o comando tanto das unidades de Infantaria quanto de Cavalaria em suas mãos (BURNS, 1994:293).

Isto revela o conhecimento que Alarico tinha da máquina imperial e das capacidades que ele julgava ter nas negociações. De fato, após a morte de Estilício, diversas unidades do Exército se dissolveram, em especial na Itália, fazendo dos Godos a única força digna de relevância na península.

As negociações mais uma vez fracassaram quando Olímpio perdeu o controle da situação em Ravena, e fugiu para a Dalmácia. Alarico perdeu qualquer capacidade de interlocução com a corte imperial, ainda mais quando o prefeito pretoriano da Itália era um militar sobrevivente dos expurgos pós-morte de Estilício: Jovius, que provavelmente conhecia Alarico (KULIKOWSKI, 2008:202-3).

O Rei gótico cercou novamente Roma, controlado também o porto de Óstia, que possuía importância estratégica por ser a porta de entrada dos víveres que alimentavam a cidade. Alarico negociou diretamente com o Senado, usando a fome como principal instrumento de pressão (VALVERDE CASTRO, 2000:33).

Pressionado pelos Godos sitiados e pelo desespero do povo da cidade, o Senado acabou por aceitar as exigências de Alarico, que incentivou os senadores a elegerem Átalo, recém nomeado por Honório prefeito de Roma, como Imperador (Or. VII, 42.7). Para diversos autores, Wolfram, Heather e Kulikowski concordam que a usurpação de Átalo é um movimento de Alarico, e se não foi feito por ele, o Rei gótico se valeu de tal movimento para obter vantagens para si e para seu povo (HEATHER, 1991:216; KULIKOWSKI, 2008:203-5; WOLFRAM, 1988:157-8).

Isto mostra também o grau de força que Alarico tinha neste momento. Conhecedor da política romana, o Rei gótico possuía também a única força militar de relevância na Itália e impôs sua vontade no complexo tabuleiro da política imperial. Sua

estratégia em um primeiro momento talvez tenha dado certo: Honório voltou à mesa de negociações, inclusive oferecendo a Átalo um governo colegiado, coisa que o senador negou. A chance de Átalo e Alarico passou, quando uma força de quatro mil homens chegou à Ravena e Honório se retirou das negociações (KULIKOWSKI, 2008:204-5).

Alarico depôs Átalo da dignidade imperial, após o relacionamento entre os dois degradar por causa das ambições imperiais do senador, que deseja ser um Imperador de verdade, não um mero títere do Rei gótico. A deposição de Átalo talvez indicasse uma continuada vontade de Alarico em negociar, e de fato o Imperador Honório e Alarico teriam se encontrado em uma pequena cidade italiana próxima a Ravena, como aponta Wolfram (WOLFRAM, 1988:158). Compromissos foram acertados apenas para serem desrespeitados quando Saro, comandando uma pequena tropa atacou as forças de Alarico que estavam estacionadas para as negociações (WOLFRAM, 1988:158-9).

O ataque de Saro se dava em um contexto de combates entre este e Atila, que marchava vindo da Panônia para se juntar à Alarico, num confuso contexto no qual é difícil reconstituir as tendências dos personagens envolvidos por serem múltiplas as possibilidades, em especial o caso de Saro, que pode ter atacado as forças de Alarico por duas razões: para garantir a própria sobrevivência política (KULIKOWSKI, 2008:206) ou sob supostas ordens de Ravena (WOLFRAM, 1988:158).

Honório reverteu sua política mais uma vez e recebeu Saro com honras, fechando qualquer espaço que ainda existia para negociações com Alarico. O Rei gótico por sua vez, tentou uma terceira vez sitiá-lo Roma, mas em 24 de Agosto de 410, os Godos adentraram Roma. Pilhagens e saques se estenderam por três dias, e em 27 de Agosto, a situação dos Godos não tinha encontrado significativa mudança.

Do ponto de vista da pesquisa, o Saque de Roma interessa porque explica a formação primeira do Tesouro Régio, base essencial de poder material para qualquer

monarca. Alarico mais do que recuperou as perdas materiais que teve nas contínuas movimentações e enfrentamentos na Itália desde 402 e, como comandante de um exército, de um grupo guerreiro, sua parcela no butim excedia a de outros, de maneira que ele tinha uma excelente quantidade de riqueza móvel em suas mãos (VALVERDE CASTRO, 2000:34).

Na descrição do Saque, Orósio ressalta que Alarico era um instrumento da vontade divina e cristão pio, como, aliás, já tinha demonstrado ao falar da Batalha de Polência em 402. Segundo o cronista, o Rei gótico ordenou a proteção de diversos lugares santos e a devolução de bens pilhados das igrejas de Roma (Or. VII, 39.1-18).

O Saque de Roma, por mais que alguns historiadores germânicos mais nacionalistas digam, imbuídos das tradições românticas do século XIX (WOLFRAM, 1988:159-60), é mais uma derrota do que uma vitória gótica (HEATHER, 1991:216). Falha porque a tomada de Roma não serviu a nenhum dos propósitos góticos: o de obter um assentamento permanente em território imperial e uma magistratura militar para seu Rei, Alarico.

Sabedor de que não possuía mais capacidade de interlocução com a corte imperial, o Rei gótico empreende uma marcha até a Sicília, de onde tentaria cruzar o Mediterrâneo atrás dos suprimentos de grãos da África, preciosos víveres necessários para o sustento da península italiana. A falha na travessia indica a última ação de Alarico como Rei gótico.

Ao empreender a retirada do sul da Itália, Alarico morreu, poucos meses após o Saque, sendo sucedido por Ataulfo, seu parente, eleito por uma Assembleia (Or. VII, 43.2). Jordanes descreve um elaborado funeral para o Rei morto, com os Godos desviando o curso de um rio para enterrá-lo (Jord. Get. 158).

Nenhuma outra das fontes do período fala a respeito do funeral descrito por Jordanes e o rito fúnebre descrito por ele pertence mais ao espaço da lenda que do fato histórico, bem como remete ao passado da vida na *Gutthiuda* (WOLFRAM, 1988:160). Sabe-se qual era a razão de Jordanes em relatar ou mesmo criar tal evento: ele trabalha a favor de criar ou reforçar a tradição das estirpes régias góticas e para tal, motivos lendários ajudam a reforçar no imaginário popular a característica especial dessas Casas Reais.

3.1 – “O Rei está Morto, Viva o Rei”: Ataulfo (410-415)

Alarico não deixou herdeiros, o que gerava um problema de sucessão para a incipiente dignidade régia gótica. Isto não foi um problema complexo de ser resolvido, visto que a autoridade régia estava ligada a capacidade da força, a liderança militar como observado no caso de Alarico.

Seu sucessor, Ataulfo, além de ser seu parente, um elemento que o ajudava em sua legitimação, mas não o sustentava sozinho, era o chefe guerreiro que estava imediatamente abaixo de Alarico em matéria de prestígio, não sendo secundado por outros.

Ataulfo teve um reinado que, em linhas gerais, não fugia aos objetivos perseguidos por Alarico: o de obter um posto militar imperial e um local de assentamento permanente para os Godos. Mais que Alarico, Ataulfo se bateria por estes objetivos até sua morte.

O novo Rei gótico não estava em situação melhor que Alarico. Ele precisava guiar um povo em migração que agora possuía uma vasta riqueza móvel, e seu primeiro

ato foi, de certa maneira, expandi-la, com diversas pilhagens por toda a Itália em 411, ao mesmo tempo em que tentava abrir formas de comunicação e negociação com a corte imperial (WOLFRAM, 1988:161).

O primeiro registro sobre Ataulfo em Orósio é muito mais positivo do que o de Alarico, e, curiosamente, o cronista enxerga no Rei gótico não mais um inimigo de Roma, mas um potencial aliado. O Rei é descrito como amante da paz, dedicado a servir ao Imperador Honório e que usaria a sua força em prol do Império (Or. VII, 43.3).

O único possível para conseguir estabelecer ou restabelecer uma relação com a corte imperial era intervir na complexa situação político-militar do Império. Ataulfo liderou os Godos em mais um movimento da migração gótica, desta vez para a Gália, lutando primeiramente por Jovino, um nobre da Gália que usurpou a dignidade imperial na província (Or. VII, 42.6), conquistando as tropas de Constantino III.

O co-Imperador reconhecido por Honório estava cercado por forças imperiais em Arles e foi executado quanto se rendeu. A dureza de tal medida se reflete na pessoa de quem a tomou, o novo *magister utriusque militiae* do Império, o general Constâncio. Um soldado romano da antiga ordem, talentoso e severo, (BURNS, 1994:250), o general consolidou o poder imperial e derrotou todas as rebeliões que existiam no Ocidente romano entre 411 e 413.

A ajuda de Ataulfo a Jovino não durou muito. Diferenças entre os objetivos dos dois logo se mostraram e o Rei gótico mudou de lado, não sem antes acertar contas com um antigo desafeto, Saro, destruindo suas forças e matando-o em um combate durante a travessia da Itália a Gália. Saro tinha rompido com o Imperador, uma decisão que acabou por enfraquecê-lo (WOLFRAM, 1988:162).

A morte de Saro nos remete a um traço das sociedades germânicas, a vingança. Mas como em diversos casos, ela não findaria com a morte do guerreiro que rompeu com Alarico após as batalhas de 402 e tornou-se inimigo mortal de Ataulfo.

O Rei gótico abandonou a aliança com Jovino e voltou ao lado de Honório, em negociações com representantes do governo imperial, entre 412 e 413. Vale lembrar que o Império passava por uma severa crise no tocante às áreas de recrutamento e não dispunha de efetivos capazes de por termo às rebeliões que se seguiram na Gália, África e Hispânia entre 409 e 413. E, com a ação de Constantino III, as áreas de recrutamento transalpinas, utilizadas por Estilício, no *limes* do Reno, foram inviabilizadas, pois o co-Imperador praticamente zerou o número de recrutas que estas áreas poderiam oferecer (BURNS, 1994:254-7).

Desta maneira, a força gótica era um recurso precioso para um Império com forças militares cada vez menores e menos capazes de fazer frente às diversas ameaças que apareciam a todo o momento. As negociações foram bem sucedidas, e Ataulfo lançou uma campanha contra Jovino, o aprisionando e o entregando ao governo imperial (WOLFRAM, 1988:162). Orósio não relata o papel dos Godos na derrota de Jovino, e considera a usurpação deste como fato de pouca importância (Or. VII, 42.6).

Mais ainda do que Alarico, Ataulfo busca a cooperação com o Império, ao ponto de agir como agente da restauração imperial na Gália, mas um fator importante travou toda a negociação: Gala Placídia. A irmã do Imperador vivia em Roma em 410, quando foi capturada pelos Godos e levada com estes na migração da Itália para a Gália (Or. VII, 43.2).

A princesa imperial bem como o senador Átalo eram usados por Honório como pretexto para não negociar com os Godos. O Imperador exigia que os dois fossem devolvidos antes de quaisquer concessões (KULIKOWSKI, 2008:210-1). Ataulfo se

recusou, e Constâncio, agora seguro por ter derrotado uma rebelião na África, não via motivos para continuar a negociar com o Rei gótico, o qual sempre julgou como um inimigo líder de um grupo que obstava a administração da Gália imperial. De fato, entre 412 e 414, Ataulfo e os Godos se estabeleceram na região, especialmente em Bordeaux, onde foram recebidos de portas abertas (WOLFRAM, 1988:162).

Com o fracasso, Ataulfo mais uma vez lançou mão da força, atacando e pilhando diversas cidades do sul da Gália, como Narbonne e Toulouse. A situação só teve uma inflexão e se deteve por causa de que, ao sitiá-la, Marselha, Ataulfo sofreu ferimentos tão graves que teve de sustar o ataque (WOLFRAM, 1988:162-3).

Em 414, Ataulfo elevou novamente Átalo à púrpura (Or. VII, 42.9-10), fazendo-o novamente Imperador, tal como Alarico tinha feito antes. A manobra visava tentar quebrar o poder que Constâncio tinha sobre os Godos, já que, ao lutar por Honório, Ataulfo dependia dos suprimentos que a logística imperial podia lhe prover, e tais víveres eram sempre condicionados a condução de campanhas de no máximo um ano (BURNS, 1994:257).

Em um movimento talvez inesperado para a corte imperial, Ataulfo casou-se com Gala Placídia por volta de janeiro em Narbonne (Or. VII, 43.2). Orósio faz um retrato positivo do casamento, sempre ressaltando a vontade do Rei gótico em fazer a paz com o Império e sujeitar-se a este. A cerimônia foi suntuosa: muitos presentes foram dados aos noivos, especialmente a Gala Placídia, que liderava a procissão, um reconhecimento de Ataulfo por seu status de irmã e filha de Imperadores. A aristocracia galo-romana ficou muito marcada pela cerimônia (WOLFRAM, 1988:163), e o fato de Ataulfo vestir-se como um general romano (BURNS, 1994:259), demonstrava muito da sua intenção quanto a cooperar com o Império.

Talvez esta impressão tenha ajudado a criar laços entre os Godos e a aristocracia local, e isto serviria como ferramenta poderosa para a consolidação da posição gótica na Gália nos anos a seguir. Orósio clama ter recebido a notícia do casamento através de um cidadão importante de Narbonne, que tinha servido no Exército Imperial durante o tempo de Teodósio (Or. VII, 43.4), e teria lhe contado as palavras de Ataulfo.

Segundo Orósio, Ataulfo teria dito que, ele antes desejava destruir o Império Romano e em seu lugar criar uma nova “Gótia”, mas que a “barbárie incontrolável” dos Godos não os condicionava a respeitar as leis e, portanto, ao invés de ser um destruidor, cabia a ele ser o restaurador de Roma com a força dos Godos (Or. VII, 43.5-6).

O discurso proferido por Ataulfo, se verdadeiro, reflete a medida de sua atitude como Rei desde sua eleição na Itália, que era cooperar e reconciliar os Godos com o Império.

O importante para esta pesquisa é perceber a cerimônia como um expoente de como o simbolismo do poder imperial influenciou o ideário da realeza gótica. As vestes dos noivos, o rito feito à moda romana e a riqueza dos presentes demonstram não só a opulência pretendia num casamento de uma pessoa da família imperial, mas também a percepção de Ataulfo sobre a própria dignidade régia gótica (VALVERDE CASTRO, 2000:38).

Por outro lado, o casamento de Ataulfo e Gala Placídia não é uma maneira de demonstrar a força da realeza gótica segundo Valverde Castro (VALVERDE CASTRO, 2000:38), porque ela ainda não tinha atingido um estágio de desenvolvimento capaz de produzir um conjunto próprio de símbolos e tradições monárquicas, fazendo em muito uma emulação derivada do imaginário que caracterizava o poder imperial.

O intento de Ataulfo em mostrar-se aberto ao diálogo com Honório talvez possa ter impressionado a aristocracia da Gália romana, como dito acima, mas em Ravena a

notícia do casamento foi mal recebida e uma vigorosa reação se seguiu por parte do governo imperial. Constâncio bloqueou a costa da Gália e impôs uma fome que forçou a os Godos a seguirem para Hispânia na busca de alimentos (Or. VII, 42.9).

A entrada dos Godos na Hispânia é foco de uma polêmica entre historiadores, partidários de duas teorias que justificariam o movimento migratório. Em um caso, Kulikowski e Heather defendem que os Godos se moveram em busca de alimentos pela pressão exercida pelo bloqueio naval (KULIKOWSKI, 2008:211; HEATHER, 1991:220), ao passo de que, segundo Burns, Ataulfo teria liderado os Godos tendo acordado tal movimento com Constâncio (BURNS, 1994:259).

Na Hispânia, Ataulfo constituiu uma pequena corte em Barcelona, e teve um filho com Placídia, que se chamou Teodósio. O nome da criança demonstra, provavelmente, as ambições imperiais da princesa imperial, ainda mais porque Honório não tinha filhos (KULIKOWSKI, 2008:211). A criança não viveu muito, morrendo poucos meses depois e Ataulfo logo a seguiria.

Orósio retrata o Rei gótico de maneira favorável e totalmente voltado a estabelecer boas relações com os romanos. Na verdade, é possível notar mesmo que, na visão do cronista, os Godos, eram parte integrante do Império. Isto se daria a vontade de Ataulfo em cooperar e aos conselhos de Placídia (Or. VII, 43.7).

A entrada dos Godos na Hispânia não foi tranqüila. Por necessidade ou segundo a tese de que já estariam acordados com Constâncio, Ataulfo travou diversos combates contra povos germânicos que tinham se instalado na região por volta de 409 (Jord. Get. 163). Eram Vândalos, Suevos e Alanos, alguns dos povos que tinham participado do grande cruzamento do Reno em 406, e que tinham realizado pilhagens e saques na Gália em 407 e forçado a passagem para a Hispânia (BURNS, 1994:259).

As ofensivas de Ataulfo incidiram sobre os Vândalos, mas logo seriam interrompidas por um evento trágico. Por volta de Agosto de 415, Ataulfo foi atacado, sendo mortalmente ferido em Barcelona quando inspecionava cavalos. Seu assassino era um homem de seu cortejo pessoal (Or. VII, 43.8).

O assassinato de Ataulfo é motivo de debate entre alguns historiadores por causa das teorias que explicariam o ato. Para Wolfram (WOLFRAM, 1988:165-6), Heather (HEATHER, 1991:220), Valverde Castro (VALVERDE CASTRO, 2000:38-9) e Kulikowski (KULIKOWSKI, 2008:211-2), o Rei foi morto por uma conspiração enquanto Burns refuta tal tese, argumentando que não existem provas conclusivas de tal movimento (BURNS, 1994:260).

Para que se entenda o debate sobre o regicídio, visando obter uma reflexão sobre a influência deste para a pesquisa, ou seja, como tal fato demonstra o grau de evolução da realeza gótica, da força que ela tinha conseguido atingir.

A tese da conspiração se baseia em um velho costume da sociedade germânica, o da vingança. Sobre o regicídio, Orósio relata que Ataulfo foi traído e morto “pelos seus” (Or. VII, 43.8), sem, no entanto apontar para Sigerico como mentor ou líder da conspiração.

Jordanes dá uma versão diferente para a morte do Rei. Ataulfo foi morto por um de seus criados, que não suportava mais a zombaria a respeito de sua baixa altura (Jord. Get. 163). Como aponta Burns, tal versão é talvez um reflexo da história oral gótica, desprovida das complexas realidades enfrentadas naquele momento.

Voltando a questão da vingança: a sociedade germânica, especialmente entre guerreiros, onde os laços de fidelidade eram importantes e poderosos, afrontas à honra de um chefe guerreiro ou uma família, poderiam levar a um enfrentamento entre as partes, escalando para uma violenta animosidade na qual um dos lados sofria uma

perda. A partir deste momento, a questão tornava-se uma vingança de sangue, como no caso de Ataulfo: ao matar seu antigo rival, Saro, fez com familiares e seguidores deste lançassem contra ele uma vingança (TODD, 2009:147).

A dualidade entre os laços de fidelidade e a rivalidade entre grupos é traço comum de sociedades guerreiras. Mas outro ponto é importante frisar: a força do laço entre chefe e o guerreiro era o que poderia permitir ou não ações como a do regicídio. Portanto, ao ser atacado, Ataulfo falhou em prover as necessidades de seus guerreiros ou ao menos, na visão destes, não o fez, abrindo o espaço para ser atacado (BURNS, 1994:260).

Ataulfo, ferido mortalmente, ainda tentou passar a dignidade régia para seu irmão, e teria o instruído a enviar Gala Placídia de volta aos romanos, mas os planos do Rei moribundo não se concretizaram: Sigerico tomou o poder (BURNS, 1994:260).

3.2 – Os Reis Regicidas: Sigerico e Valia (415-418)

Sigerico buscou eliminar a linha de Ataulfo ao receber a dignidade régia. Ele ordenou a execução de todos os filhos do Rei morto e humilhou Gala Placídia. A fúria de tal ação demonstra que a conspiração para derrubar tinha uma razão para além da política: a vingança.

O assassino de Ataulfo é retratado como um homem que antes de servir ao Rei gótico, servia a um chefe guerreiro morto há muito tempo (WOLFRAM, 1988:165) por Ataulfo. Um homem com tal descrição só poderia ser Saro, e mesmo Sigerico é descrito por alguns, como irmão deste (WOLFRAM, 1988:165-6; HEATHER, 1991:220).

O novo Rei era irmão do inimigo mortal de Ataulfo. Como poderia ser capaz de articular e, mais importante, conseguir fazer triunfar a conspiração? Devem-se considerar elementos importantes como a liberdade de ação de Sigerico, e a facilidade de acesso ao Rei morto. O irmão de Saro não deveria uma figura menor, e importante, provavelmente era um príncipe da nobreza gótica que orbitava em torno do Rei, concedendo-lhe apoio (WOLFRAM, 1988:166).

O regicídio, paradoxalmente, dá uma medida da força da dignidade régia. Reis são mortos porque sua autoridade é desejada, não porque seu status régio é frágil. A realeza gótica resistiu a seu primeiro trauma e mostrou sua consolidação, na morte de Ataulfo e posse de um rival, Sigerico.

A dignidade régia não mais desaparecia com a morte de seu portador, e mesmo que de maneira incipiente, já existiam protocolos para a transmissão do poder. Como Sigerico não se encontra neste protocolo, só restava a ele apelar ao regicídio para tentar conquistar o poder (VALVERDE CASTRO, 2000:39), adquirindo uma natureza delimitada pelos estudos de Valeri, explorados no primeiro capítulo desta pesquisa.

Sigerico, ao que parece, focou-se na vingança contra a linhagem de Ataulfo e sua esposa, mas para ser legitimado como Rei, precisava pertencer a uma estirpe alta com o fim de não ser contestado. Valverde Castro e Wolfram atestam que ele seria de uma linhagem nobre diferente da de Alarico e Ataulfo, mas que era suficiente e o habilitava para o exercício do poder régio (VALVERDE CASTRO, 2000:39; WOLFRAM, 1988:166).

Porém, a vingança pode ter cobrado seu preço, pois Sigerico reinou por apenas uma semana. Orósio relata que ele era predisposto à paz com o Império, e também foi assassinado por Godos (Or. VII, 43.9). É possível que a fúria de sua vingança tenha desagradado mesmo os nobres que o apoiaram na conspiração contra Ataulfo

(HEATHER, 1991:220), ou então o grupo ligado à linhagem de Ataulfo se reorganizou e reagiu, derrubando Sigerico (WOLFRAM, 1988:).

O assassinato de Sigerico, outro regicídio, alça ao poder Valia (Or. VII, 43.10), nobre e líder da conspiração que assassinou o regicida (VALVERDE CASTRO, 2000:39). Os dois regicidas, Sigerico e Valia se tornaram reis, passando pelo rito da eleição tal como Alarico e Ataulfo, demonstrando que não o fizeram sozinhos, mas com apoio de grupos da nobreza gótica.

Valia, que não parece ter laços de sangue com a linhagem de Alarico e Ataulfo (HEATHER, 1991:220-1), estabilizou a situação política e empreendeu uma marcha dos Godos até as costas do Mediterrâneo, próximo a Gibraltar, de onde lançaria uma travessia rumo à África, segundo o plano perseguido por Alarico. A travessia falhou terrivelmente, e o novo Rei gótico teve de negociar com Constâncio, cujas tropas controlavam os Pirineus, impedindo qualquer tentativa gótica de retorno à Gália (Or. VII, 43.11).

O Rei gótico devolveu Gala Placídia (Or. VII, 43.12), que ganhou uma guarda de Godos para o resto de sua vida (KULIKOWSKI, 2008:211). Átalo, o senador elevado à púrpura duas vezes pelos Reis góticos, foi abandonado e capturado por forças imperiais (Or. VII, 42.9). Após fazer parte das celebrações do triunfo de Honório, perdendo uma das mãos, Átalo foi exilado na ilha de Lipari, onde terminou seus dias em conforto moderado (KULIKOWSKI, 2008:212).

A entrega de Gala Placídia foi o primeiro passo de uma bem sucedida negociação de paz com o Império, e Constâncio supriu os Godos como uma força romana com víveres para um ano para empreender uma campanha contra os Vândalos, Suevos e Alanos na Hispânia, visando restabelecer a ordem e o controle imperial na província. Unidades romanas foram alocadas por Constâncio para combates junto com

os Godos. A logística romana para supri-los foi complexa, visto que foi necessário trazer grãos de outras províncias para poder atender a meta apropriada para uma força estimada em mais ou menos quinze mil homens. O Império já tinha problemas em manter forças deste tamanho desdobradas em campo por muito tempo (BURNS, 1994:261).

A campanha na Hispânia não era somente contra povos que lá tinha se assentado, mas também visava eliminar uma usurpação ocorrida durante o período de caos que se seguiu a entrada dos Vândalos e depois Suevos e Alanos na província. Máximo, um usurpador elevado à púrpura pelo general Gerônimo em 409, ele mesmo um rebelde da usurpação (depois admitida por Honório) de Constantino III (BURNS, 1994:261), se encontrava abrigado por estes povos.

Valia lançou seus ataques contra os Vândalos, inimigos dos Godos de longa data e os Alanos, que tinham se aliado e depois desertado dos Godos quando da entrada destes na Gália. A campanha estava focada em uma das subdivisões dos Vândalos, os Silingos (WOLFRAM, 1988:171).

A campanha ocorrida entre 416 e 418 foi renhida e devolveu a Bética, uma das regiões mais ricas da Hispânia, ao controle romano. Os Godos mataram o rei silingo e causaram tantas baixas à subdivisão que os remanescentes fugiram e se juntaram a outra subdivisão dos Vândalos, os Asdingos (WOLFRAM, 1988:171).

Os Alanos foram o alvo seguinte da ofensiva gótica também sofrendo pesadas perdas, incluindo seu rei, morto em combate. Os sobreviventes procuraram a proteção dos Vândalos Asdingos. A ação de Valia, ironicamente, provocou a formação de uma confederação tribal de Vândalos e Alanos sob o comando do rei dos Vândalos Asdingos. Na medida em que reforçou seu poder, Valia acabou indiretamente também o fazendo para seus inimigos (WOLFRAM, 1988:171).

Os “povos em guerra”, como descrito por Orósio (Or. VII, 43.15) produziam diversos movimentos de populações na Hispânia, mas a ação dos Godos é vista pelo cronista de maneira positiva. É destacado o papel de Valia, que lutou pelo Império, “enfrentando o perigo em prol da segurança de Roma” (Or. VII, 43.13).

A campanha bem sucedida na Hispânia empreendida pelo Rei gótico a serviço do Império, indiretamente remete a questão da natureza do seu poder. Valia conquistou a dignidade régia valendo-se de um regicídio, uma ação criminosa e sangrenta, mas diferente de seu antecessor, consolidou seu poder por meio da guerra, para além do apoio de grupos da nobreza que ficaram descontentes com o regicídio de Ataulfo e a conseqüente ascensão ao poder régio de Sigerico.

A forma da consolidação de tal poder passou mais uma vez pela função primária da realeza gótica: a natureza militar dos reis. Valia assumiu um povo em conflito com o Império e mudou a política deste para guerrear a favor de Roma e recuperar a autoridade desta sobre a Hispânia conflagrada por povos invasores e usurpações.

Os Godos estavam chegando ao fim de uma profunda mudança no seu modo de fazer a guerra. As tropas góticas eram agora em muito, unidades de cavalaria. A presença de povos diversos dentro da confederação capitaneada pelos Godos mostrou sua influência. O uso do cavalo tal como nos combates dos povos das estepes e das vastidões das regiões nas quais os Godos e tribos vizinhas viviam nos anos anteriores à migração em território imperial (WOLFRAM, 1988:167).

Tal aumento de prestígio da cavalaria dentro do modo de guerrear gótico está ligado de certa forma ao papel dos Reis como líderes guerreiros. O ápice dessa relação é Ataulfo, que era especialmente ligado à cavalaria, e quando Alarico era Rei, veio da Panônia para reforçá-lo com uma força predominantemente montada. Diversos episódios nos quais Ataulfo se envolveu o encontraram na sela de cavalos liderando

cavaleiros. Pode-se elencar a luta deste contra Saro que fez o último atacar Alarico quando ele negociava a paz com Honório, ou quando atacou e matou Saro. Outro exemplo é quando, durante a primeira usurpação de Átalo, patrocinada por Alarico, Ataulfo foi nomeado *comes domesticorum equitum*, ou seja, comandante de forças de cavalaria, um comando prestigiado e independente. Tanto Ataulfo viveu esta relação que entre cavalos encontrou seu fim, quando foi assassinado (WOLFRAM, 1988:167-8).

Este movimento pode ser uma influência dos Greuthungi que se misturaram ao grupo gótico que cruzou o *limes* imperial em 376. Para os Greuthungi, o líder estava e deveria estar sempre montado, ao modo dos povos das estepes, afinal o território originário deles se encontra entre os rios Don e Dnieper, nos territórios das modernas Rússia e Ucrânia. Uma ironia da história: em território imperial, os Godos passaram a guerrear a maneira dos povos da estepe, seus vizinhos dos tempos da *Gutthiuda*.

A cavalaria gótica atingiu rapidamente uma qualidade superior à romana, e mesmo nas batalhas em que os Godos sofreram como no verão de 402, em Polência e Verona, a cavalaria foi decisiva para impedir um desastre. A infantaria romana era de qualidade e conseguiu bater os infantas de Alarico em Polência, apoiada por uma unidade de cavalaria auxiliar de Alanos. A situação não piorou graças à intervenção da cavalaria, que não só deteve como rechaçou os Alanos e preservou a força gótica, conseguindo se retirar com razoável segurança. Em Verona ocorreu uma ação parecida com esta. Na campanha da Hispânia, devastadoras cargas da cavalaria gótica abriram o caminho da vitória sobre os Vândalos e Alanos (WOLFRAM, 167).

Ao final das campanhas contra os Vândalos Silingos e Alanos, Valia e os Godos foram chamados por Constâncio para seguir para a Gália, sendo substituídos por tropas romanas que tinham lutado ao seu lado durante a campanha (BURNS, 1994:262). Desta

vez a migração dos Godos para a Gália não era feita sob fuga ou por falta de recursos, mas porque eram vencedores e restauradores da ordem romana na província ibérica, sendo reconhecidos como tal pelo mesmo general que tinha feito tudo para enfraquecê-los, como visto acima neste capítulo.

Em 418 foi firmado um pacto entre os Godos e o Império, sendo que estes foram assentados na Aquitânia. Diversas são as razões para que Constâncio o tenha feito segundo a historiografia que trata dos Godos ou da Gália do século V. Valverde Castro fez um apanhado de tais hipóteses, que aqui são elencadas: evitar o crescimento do poder gótico na Hispânia, ao ponto que subjugariam os outros povos lá viventes; alijá-los do Mediterrâneo, para que não ameaçassem a África imperial; usar os Godos já experimentados em combate contra a pirataria, especialmente feita pelos saxões, na costa da Aquitânia; enfrentar os bandos armados conhecido como *bagaudae*, movimentos insurgentes que empreendiam uma espécie de “guerrilha” contra as elites locais e autoridades imperiais, para manter a ordem na província (VALVERDE CASTRO, 2000:40).

Entende-se para fins desta pesquisa que o Império ordenou a movimentação dos Godos da Hispânia para a Gália em função de razões estratégicas necessárias à proteção e manutenção da autoridade imperial, e concordamos com Wolfram que o argumento de remover os Godos da Hispânia como maneira de impedi-los de se tornarem excessivamente poderosos é provavelmente uma lenda fomentada por historiadores germânicos do final do século XIX e início do XX. Apesar disto, tal interpretação ganhou eco em certos setores da historiografia francesa (WOLFRAM, 1988:173).

Em nada Ravena ganhava com a retirada dos Godos da Hispânia, a não ser que eles fossem mais necessários em outra região do que naquela área, de maneira que

foram substituídos pelas tropas romanas que os acompanharam na campanha (BURNS, 1994:262-4).

Valia não viveria para aproveitar a nova terra dos Godos. O Rei gótico que era inclinado para e desejava a paz com os romanos, mais do qualquer outro dos reis dos povos que tinham migrado ou invadido o Império, segundo Orósio (Or. VII, 43.15), morreu vítima de uma enfermidade (Jord. Get. 176).

Tanto Orósio quanto Jordanes retratam Valia, o último Rei do período da Grande Migração dos Godos, sob uma luz positiva. Enquanto Jordanes descreve aquilo que seriam características do Rei: um homem austero e prudente (Jord. Get. 164) ao passo de que Orósio reforça que era ele aquele que tinha sido escolhido por Deus para reconciliar o Império e os Godos (Or. VII, 43.10).

O assentamento imperial na Aquitânia se dá em uma região que não possuía há muito unidades do Exército Imperial, de maneira às cidades muito sofreram quando da passagem dos Vândalos e Suevos pela Gália, após o grande cruzamento do Reno congelado em 406. Com a chegada de Godos supridos pelo Império e nominalmente sob a autoridade deste, a província foi suprida de defesa (BURNS, 1994:262-3).

As bases para a criação de um reino foram lançadas a partir do assentamento imperial. A aristocracia galo-romana rapidamente percebeu que os Godos não só não destruiriam o sistema imperial como buscariam estabelecer laços ou mesmo colocar a burocracia imperial local a seu serviço, embora deva se considerar que Constâncio nem ninguém na alta cúpula imperial poderia imaginar que o assentamento imperial, uma medida provavelmente temporária em breve se tornaria permanente, e ainda um reino germânico dentro do território imperial (KULIKOWSKI, 2008:212).

A chegada dos Godos na Aquitânia marca o passo final de uma migração de quarenta e dois anos. Entre 376 e 418, este povo vagou dentro do Império Romano,

marcando sua relação com este por elementos como o conflito e a cooperação, e por maneiras próprias acabaram por ser reconhecidos como parte integrante do Império.

Não havia mais como pensar no Godos de Alarico, Ataulfo, Sigerico e Valia como algo que não fizesse parte da ordem imperial. Apesar disto, a migração ao invés de enfraquecer, fortaleceu os Godos, que tiveram um encontro com suas tradições e revisaram sua identidade, sem, no entanto, perder sua unidade ante as tentativas imperiais de dissolvê-la.

E a inspiração das tradições e costumes imperiais lhes proveram algumas das bases, combinadas às próprias dos Godos, para fazer nascer e consolidar uma nova figura, que rapidamente se tornaria o topo no espectro político de tal sociedade. Os quatro reis sobre os quais esta pesquisa tratou são a manifestação de tal processo.

Conclusão

De Príncipes e Generais a Reis

A presente pesquisa buscou analisar o surgimento da realeza dentre os Godos, mais especificamente o grupo que adentrou o Império Romano após a Segunda Guerra Gótica em 382. Existiam outros grupos de Godos, inclusive aqueles que serão conhecidos depois como Ostrogodos, enquanto o grupo sobre o qual a pesquisa se debruçou ficou conhecido na historiografia como Visigodos.

O período entre 395 e 418 vê o nascimento desta dignidade régia, que é exercida por quatro reis: Alarico, Ataulfo, Sigerico e Valia, cujos reinados são decisivos para que tal poder régio se consolide e desenvolva. A culminação de tal processo se dá com o fim do reino de Valia, quando os Godos conseguem a terra que tanto procuravam, através do assentamento imperial na Aquitânia em 418.

Mas a nova terra não é um fim, e sim um começo. Por meio deste nasce o Reino Visigodo de Toulouse, que será o primeiro reino germânico no território imperial, e que lançará as bases dos assentamentos de outros povos nos anos posteriores. Entre 418 e 507, o Reino de Toulouse irá progressivamente ganhar independência do Império, liderado pelos sucessores dos reis tratados nesta pesquisa, já como soberanos autônomos e não mais oficiais imperiais.

Isto só foi possível porque os Godos conseguiram de certa maneira, preservar sua unidade mesmo na face da adversidade, como nas derrotas sofridas na primavera e verão de 402, quando, apesar das deserções, Alarico ainda tinha uma força significativa que o seguia e reconhecia sua autoridade como Rei.

A construção desta realeza não se fez sem sangue. Diversos foram os príncipes e chefes guerreiros góticos que tentaram atingir tal proeminência que lhes credenciasse

para reivindicar um status especial para si, ou seja, tornarem-se Reis. Onde outros falharam, Alarico triunfou, em muito porque soube conciliar na sua figura, traços apresentados por outros possíveis “candidatos” à dignidade régia. Seus sucessores aprofundaram tais traços.

De fato podemos considerar que a realeza gótica foi vencedora na luta para se consolidar no difícil período da Grande Migração dos Godos. Em 418, a realeza existente tinha abandonado uma natureza militar original para uma instituição mais sofisticada, a um primeiro momento uma dignidade régia cuja força residia na sua capacidade militar como um chefe guerreiro germânico e a obtenção de altas patentes no Exército Imperial, em especial o generalato, sendo um elo entre os Godos e o mundo romano.

A consolidação da realeza passou por uma transformação deste, em um movimento de ampliação de atribuições e responsabilidades. O Rei só o podia ser se fosse capaz de garantir vantagens a seus seguidores e ao povo. Para tal, a formação de um tesouro régio, especialmente após o Saque de Roma foi passo decisivo, pois passou a dotar o Rei de recursos econômicos que permitiam a ele aumentar o seu cortejo de guerreiros, bem como fortalecer sua própria autoridade com uma base material.

Além disto, a preservação da unidade dos Godos fez nascer uma nova concepção da identidade e do imaginário góticos, quando o duro momento da Grande Migração se manifestou foi parte da ideologia que manteve a coesão do povo e gerou a capacidade para superar as situações mais difíceis como a estadia na Gália entre 412 e 415.

A capacidade da realeza de se tornar o núcleo de tal concepção ajudou em sua consolidação. O Rei não simplesmente uma dignidade, mas pertencia a um povo e era o líder de tal comunidade, com uma identidade étnico-política própria, independente da romana. Os Godos podiam e integravam o mundo romano, mas à sua maneira.

O regicídio de Ataulfo demonstra também a força da realeza. O Rei morto é sucedido justamente por aquele que possivelmente orquestrou o assassinato, Sigerico, que também é morto por uma segunda conspiração encabeçada por outro regicida, Valia. A morte do Rei e a conquista do poder régio pelos assassinos mostram que a instituição monárquica poderia sofrer um choque com o regicídio, mas era capaz de sobreviver ao trauma e permanecer como topo da sociedade gótica.

O povo que havia adentrado as fronteiras imperiais em 376 não era mais o mesmo de 418. Através do surgimento da realeza, os Godos atingiram novas dimensões no seu relacionamento com o Império e em território imperial estabeleceram uma nova terra. A *Gutthiuda* dos tempos anteriores à entrada no Império não seria reconstruída, mas através do assentamento na Aquitânia, a base para a construção de uma nova *Gothia* estava lançada. Por meio da realeza, podem-se perceber as mudanças que esta comunidade travou no período que fizeram os Godos se tornarem um novo povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Amiano Marcelino, *The Roman History of Ammianus Marcellinus During the Reigns of The Emperors Constantius, Julian, Jovianus, Valentinian, and Valens*. Trad. para o inglês de Charles Duke Yonge. London: Bohn, 1862.

Disponível em: http://www.tertullian.org/fathers/index.htm#Ammianus_Marcellinus _____. Trad. para o inglês de John C. Rolfe. Loeb Classical Library, Vol 3. London: Cambridge, 1939.

Disponível em:

<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Ammian/home.html>

(Edição Bilíngüe Latim-Inglês)

Jordanes, *The Origin And Deeds of The Goths*. Trad. para o inglês de Charles Christopher Mierow. Princeton: University Press, 1915

Disponível em: <http://www.harbornet.com/folks/theedrich/Goths/Goths1.htm>

(Edição Bilíngüe Latim-Inglês)

Disponível em: <http://people.ucalgary.ca/~vandersp/Courses/texts/jordgeti.html>

Paulo Orósio, *História Apologética* (Livro 7 das *Histórias Contra os Pagãos e outros excertos*). Introdução, tradução e notas de Paulo Farmhouse Alberto e Rodrigo Furtado. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

ESTUDOS

ALBERTO, Paulo Farmhouse e FURTADO, Rodrigo. Introdução e Notas da *História Apologética* (Livro 7 das *Histórias Contra os Pagãos e outros excertos*). Lisboa: Edições Colibri, 2000.

ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. **Imagem e Reflexo**: Religiosidade e Monarquia no Reino Visigodo de Toledo (século VI – VIII). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1997.

_____. **O Reino Visigodo Católico (Século VI-VIII)**: Cristianização ou Conversão? In: Politeia – História e Sociedade, Vol. 5, número 1, págs. 91-101. Vitória da Conquista, 2005.

BARBERO, Alessandro. **O Dia dos Bárbaros: 9 de Agosto de 378**. Trad. de Maria Cecília Casini. São Paulo: Estação Liberdade. 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado**. IN: ROMANO, Ruggiero (Dir.) **Enciclopédia Einaudi**, v. 14. Ed. Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

BURNS, Thomas S. **Barbarians Within the Gates of Rome – A Study of Roman Military Policy and the Barbarians**, CA. 375-425 A.D. Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. **Amiano Marcelino e Orósio**: Conflito entre Paradigmas Clássicos e Cristãos na Historiografia Tardo-Antiga. IN: Historia Revista, Vol. 2, págs. 115-149. Goiânia, 1997.

COLLIVA, Paolo. **Povo**. IN: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). Dicionário de Política. Tradução de João Ferreira, Carmem Varriale e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. pp.986-987.

_____. **Monarquia.** BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). Dicionário de Política. Tradução de João Ferreira, Carmem Varriale e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. pp.776-781.

FERRILL, Arther. **A Queda do Império Romano – A Explicação Militar.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1989.

FRIGHETTO, Renan. **Religião e Poder no Reino Hispano-Visigodo de Toledo:** A busca da unidade político-religiosa e a permanência das práticas pagãs no século VII. Ibéria – Revista de La Antiquidad, numero 2, págs. 133-149. Logroño, 1999.

GOETZ, Hans Werner; JARNUT, Jörg e POHL, Walther (org). **Regna and Gentes:** The Relationship between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World. Leiden: Brill, 2003.

GONÇALVES, Bruna Campos. **Amiano Marcelino e sua obra *Res Gestae*:** tratamento documental e os livros XXV, XXVI e XXVII. In: Anais da XXIII Semana de Estudos Clássicos: Cultura Clássica: inter-relações e permanência, págs. 95-102. Araraquara: FCL – UNESP, 2008.

HALSALL, Guy. **Warfare and Society in the Barbarian West 450-900.** London: Routledge, 2003.

HEATHER, Peter. **The Goths.** Oxford: Clarendon Press, 1996.

_____. **Goths and Romans 332-489.** Oxford: Clarendon Press, 1991.

_____. **The Visigoths from the Migration Period to the Seventh Century:** An Ethnographic Perspective. Woodbridge: Boydell Press, 1999.

HEATHER, Peter & MATTHEWS, John. **Goths in the Fourth Century.** Liverpool: Liverpool University Press. 1991.

KALIFF, Anders: **Gothic Connections. Contacts between eastern Scandinavia and the southern Baltic coast 1000 BC – 500 AD.** Occasional Papers in Archaeology (OPIA) 26. Uppsala, 2001.

KANTOROWICZ, Ernst. H. **Os Dois Corpos do Rei**. Um Estudo sobre a Teologia Política Medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KULIKOWSKI, Michael. **Guerras Góticas de Roma**, trad. de Livia Oushiro e Glauco Micsik Roberti. São Paulo: Madras, 2008.

LENSKI, Noel Emmanuel. **Failure of Empire** – Valens and The Roman State in The Fourth Century A.D. Berkeley: University of California Press, 2002.

LINE, Philip. **Kingship and State Formation in Sweden, 1130-1290**. Leiden: Brill, 2007.

MACDOWALL, Simon. **Adrianople AD 378 – The Goths Crush Rome’s Legions**. Oxford: Osprey Publishing, 2001.

_____. **Late Roman Infantryman 236-535 AD**. London: Osprey Publishing, 1994.

_____. **Late Roman Cavalryman 236-535 AD**. London: Osprey Publishing, 1995.

_____. **Germanic Warrior 236-568 AD**. London: Osprey Publishing, 1996.

NOBLE, Thomas F.X. **From Roman Provinces To Medieval Kingdoms**. New York: Routledge, 2006.

ROQUOI, Adeline. **De los Reyes que no son Taumaturgos**: Los fundamentos de la realeza em España. In: Temas Medievales. Buenos Aires: n°5, 1995.

SIMKINS, Michael. **The Roman Army From Hadrian to Constantine**. Oxford: Osprey Publishing, 1979.

SIVAN, Hagith. **On Foederati, Hospitalitas, and the Settlement of the Goths in A.D. 418**. The American Journal of Philology, Vol. 108, num. 4, págs. 759-772. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/294799>

SOUZA, Phillip de; FRANCE, John (org). **War and Peace in Ancient and Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

STRAYER, Joseph R. **As Origens Medievais do Estado Moderno**. Trad. de Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Gradiva, 1986.

TODD, Michael. **The Early Germans**. 2 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

VALERI, V. **Realeza**. In ROMANO, R. (ed.) Enciclopédia Einaudi. Religião e Rito, v. XXX. Lisboa: Casa da Moeda, 1994, pp. 415-445.

VALVERDE CASTRO, Maria Díaz. **De Atanarico a Valia**: Aproximación a los orígenes de la monarquía visigoda. In: Studia Historica – Historia Antigua. Vol. 12, págs. 143-158. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

_____. **Ideologia, Simbolismo e Ejercicio del Poder Real en la Monarquía Visigoda**: Un Proceso de Cambio. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

WILCOX, Peter. **Rome's Enemies Volume I: Germanics and Dacians**. London: Osprey Publishing, 1982.

WHITBY, Michael. **Rome at War 293-696 AD**. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

WOLFRAM, Herwig. **History of The Goths**, trad. para o inglês de T. J. Dunlop. Berkeley: University of California Press, 1988.

ANEXO I – MAPA DA GRANDE MIGRAÇÃO DOS GODOS (382-418) (MACDOWALL, 2001:87)

